



BRASIL AGORA



ANO I Nº 10

MARÇO DE 1992 1ª QUINZENA

CR\$ 1.600,00

8 DE MARÇO



A manifestação das catarinenses e a luta de Luci Choinaski.

Páginas 7 e 16

PARLAMENTARISMO



Congresso Nacional pode antecipar o plebiscito.

Página 6

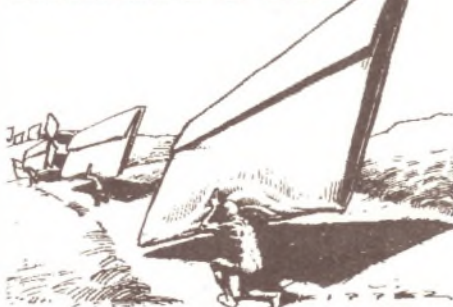
DÍVIDA EXTERNA



Brasil pede pouco, mas consegue menos ainda.

Página 10

ÁFRICA DO SUL



Plebiscito branco pode resultar em guerra civil.

Página 13



A USINA INVISÍVEL

A incrível história de Candiota 3, que aumentou a dívida externa brasileira sem nunca sair do papel. Um trambique internacional pago pelo povo. Págs. 8 e 9

UMA CIDADE FEMININA

O censo 91 revela que o município de Barretos possui uma população de 46.906 homens e 48.586 mulheres. Por essa diferença, Barretos passa a ser uma cidade feminina. Este fato era para ser manchete em todos os meios de comunicação, por corresponder à realidade do país.

Curiosamente há um silêncio proposital, demonstrando uma concepção carregada de preconceitos retrógrados e de um *new machismo*, que se disfarça de todas as formas, inclusive como suposto elogio à mulher brasileira, desde que a sua imagem contenha grandes dotes sexuais e meiguice ingênua. Acontece que a mulher está provando que é também competente e inteligente. Isto incomoda o sistema porque, se elas assumirem a sua cidadania política, muita coisa pode mudar.

Barretos é famosa por seu machismo inveterado. Muitos casos escabrosos já aconteceram por aqui. Entre eles, o de um homem que teve o seu escroto cortado e morreu na Santa Casa com diagnóstico de parada cardíaca. Outro, há pouco tempo, de um jovem que foi castrado quando fazia amor com a filha de um barretense. Essas atitudes totalmente irracionais são normais por aqui. Há uma mistura de irracionalidade com falso moralismo; enfim, uma bestialidade sub-humana.

Estamos vendo nas TVs um comercial chamando as mulheres, de leste a oeste, de norte a sul, de "galinhas". Saiu há pouco, num jornal local, a declaração de um "ilustre" advogado que não se apresentaria como réu diante da juíza de direito de Barretos, senhora Leila Lucaz. Será que esse senhor não admite ser julgado por uma mulher? Ou por ser mulher ela não pode aplicar a lei?

O mais marcante foi um editorial do jornalista Raul Haidar, atribuindo nota 10 a várias Luizas, como por exemplo à Brunet, Tomé e de Jesus. Mas para a prefeita de São Paulo, Luiza Erundina de Souza, ele deu nota zero.

Fico imaginando como deve estar a condição psicológica desta senhora, que é discriminada por ser mulher, nordestina, solteira e de esquerda.

Nas notas dadas está incutido, além do machismo e do preconceito racial e nazista, um outro fator ideológico muito mais perigoso, chamado GBI (Guerra de Baixa Intensidade), divulgado pelo departamento de Estado norte-americano no docu-

mento Santa Fé II, executado pelo Pentágono-Comando Sul e ratificado no Encontro dos Exércitos do Cone Sul, e que aqui é propagado pelos meios de comunicação.

O tumulto ocorrido em Caxias do Sul nas eleições de 1989 é claramente um ato de terrorismo ideológico, planejado dentro desse conceito de guerra. A camiseta do então candidato Lula, vestida por um dos seqüestradores do empresário Abílio Diniz, foi outro ato desses terroristas modernos.

Há muitos jornalistas que trabalham para esses grupos político-ideológicos de direita. Usam diploma de jornalista para plantar matérias pré-elaboradas em todos os jornais do país. O objetivo é fazer guerra psicológica para jogar a opinião pública contra aqueles que são contrários aos interesses das classes dominantes, para quem eles trabalham.

Estamos, portanto, no meio de uma guerra suja onde a nossa consciência é bombardeada todos os dias com informações fabricadas, para perpetuar a dominação burguesa. A arma mais perigosa nessa guerra são os meios de comunicação de massa. Anestesiando a consciência, fazendo de cada um de nós agentes passivos, caracterizando assim a mais cruel de todas as ditaduras: a ditadura da consciência.

A mulher foi durante muitos anos dominada como um ser inferior. Isto condicionou a sua formação. A conquista da cidadania e da dignidade humana está confundida com a conquista da cidadania dos oprimidos socialmente.

Por isso precisamos desses seres humanos extraordinários. Para construirmos uma nova humanidade, feita de mulheres e homens novos, capazes de compreenderem o ser humano em toda a sua plenitude, num mundo verdadeiramente igualitário e sem medo de ser feliz.

JOSÉ GERALDO RESENDE
Barretos, SP

SEXTA-FEIRA

Eu denuncio que não sei denunciar, que não sei se estou no caminho certo, que não sei onde estou me metendo. Estou com medo e com vontade de parar e ao mesmo tempo essa vontade não existe.

Denuncio que estou amando! É fogo amar. Dói demais! Amo demais o meu país para não brigar. Amo a ilusão de achar que posso fazer algo. Amo a minha loucura mansa, que não tem pressa de chegar, mas que vai...

Denuncio que sozinha nada

posso. Preciso de amigos. Sozinha como mulher fui passada para trás. Denuncio que ainda faço negócios, tenho a cara do Brasil: um grande queijo rodeado de ratas. Denuncio que denunciar ainda adianta. Que não vou abandonar a minha missão, ela é nobre. Peço a Deus que não me abandone!

Denuncio que não sou um novo "CHE" e que águas passadas ainda movem moinhos. Relato o que os meus olhos vêem, meus ouvidos escutam, meu coração sente.

"Não é aquilo que entra, mas sim aquilo que sai da boca do homem que o suja!" Eu me relato, não sou fácil não. Vim para iniciar algo bem antigo. Quero só justiça.

Relato que não tiro os outros por mim, eles podem ser bons.

Relato que não vim atrapalhar. Só quero ser feliz aqui no meu país, e ver espelhos. Relato que cometo pleonasma, que o PT é por o PT e nessa luta vou ficar até o fim.

E agora chega! Denuncio que o chopp é ótimo! Viva o chopp! Viva a sexta-feira! E até breve.

NICIA PREZIDIO
Petrópolis, RJ

PREFEITO CORRUPTO

Estou enviando *release* sobre um acontecimento político que acho importante: a população de Jarú, estado de Rondônia, liderada pela bancada de vereadores do PT, derrubou o prefeito corrupto. Episódio semelhante aconteceu na cidade de Faro, no Paraná. Só que em Jarú a via escolhida foi a jurídico-institucional.

Apesar da distância de São Paulo, creio que o fato merece registro e divulgação na luta contra a desmoralização das instituições políticas desse país, contra a corrupção e todos os outros males que a elite brasileira vem cometendo.

SIMÃO PEDRO CHIOVETTI
São Paulo, SP

E OS APOSENTADOS DO ESTADO?

Parabéns aos aposentados do INSS que através de suas associações e federações estão conseguindo vitórias significativas, depois de muitas lutas para conquistar a sua cidadania e o reconhecimento de seus direitos quanto a aposentadorias e pensões. A luta continua!

O que estranho muito é a apatia e resignação dos funcionários públicos estaduais aposentados, não atingidos pelas conquistas dos aposentados do INSS. As suas perdas têm sido maiores do que a dos aposentados do INSS e até agora não vi-

mos nenhuma reação dos mesmos, nem da sociedade. Parece que não existimos mais como aposentados!

No meu caso, como gerente administrativo aposentado, em 1990 recebi aproximadamente 3,13 salários-mínimos por mês. Em 1991 recebi apenas 2,34 mínimos, isso sem considerar que o salário-mínimo sofreu um terrível achatamento. Lembro que o salário mínimo de dezembro de 1991 era de Cr\$ 42.000,00. Meu caso não é exceção. É regra geral para todos os aposentados pelo estado.

NATALE MORETTI
Sorocaba, SP

CARREIRISTAS

Dirijo-me aos companheiros porque, apesar de não fazer parte do PT, temos, ao que "quero" crer, o mesmo ideal, a felicidade de todos. Gostei muito das resoluções do 1º Congresso do PT. Pena que elas sejam publicadas num jornal com preço tão elevado, inacessível ao povo. Por que o PT não publica o jornal em papel barato?

Sou um velho militante do PC de Prestes. Lutava para que o partido fosse preservado, a fim de evitar carreiristas. Por isso sempre propusemos que os eleitos e nomeados pelo partido não recebessem subsídios do próprio partido. Infelizmente sempre fomos voto vencido e o resultado disso, tanto no Brasil como na URSS, são partidos corrompidos e o povo expulsando os dirigentes do poder, com toda razão. Faço votos de que isso não aconteça no PT, esperança do povo brasileiro.

G. CAVALCANTI
Niterói, RJ

PÚBLICO ALVO

O *Brasil Agora* está avançando a cada número. Deu um salto notável a partir do nº 3, tanto no visual quanto no conteúdo das matérias. Está mais ágil, apesar do problema com o nº 5. Mas o papel político, sintetizado no editorial do nº 0, cumpre uma função inibidora no avanço do jornal.

Para militantes e simpatizantes, o *Brasil Agora* deveria ser mais atrativo e acessível, tanto para os que já compram como para os que deveriam comprar. O jornal poderia inaugurar mais um período em sua vida, cumprir os compromissos com os militantes, ser mais compacto, mais barato e ágil na entrega.

É necessário rever urgente a

idéia de que o público alvo é o formador de opinião. O jornal deve ser para a porta da fábrica, da escola, para desempregados e sem-terra. Por suas características, o jornal - seja pelo preço ou pelo seu conjunto - não atinge esse público. Os eleitores e assinantes são em sua maioria pessoas que têm poder aquisitivo, escolaridade e acúmulo político superior aos que deveriam ser o nosso público.

Pernambuco tem em sua capital o maior número de desempregados, proporcionalmente às taxas do país. A base social orgânica do partido está sendo obrigada a um refluxo devido às atuais condições de vida. Aqui, o preço do jornal referente à segunda quinzena de fevereiro corresponde a sete passagens de ônibus. O jornal, no máximo, deveria ter capa branca e a parte interna em papel jornal.

CARLOS AUGUSTO
Recife, PE

EXCELENTE

Quero parabenizá-los pela publicação do excelente periódico *Brasil Agora*.

JOSÉ CARLOS SANTANA
Viçosa, MG

O CALO APERTA

O aspecto visual melhorou muito, entretanto seria melhor utilizar mais fotos na matéria central, para dar tesão de ler. Quem vende sabe onde o calo aperta. Se usarmos papel jornal não economizáramos, abaixando o custo?

DANIEL RODRIGUES
Recife, PE

ENFOQUE PARCIAL

A matéria publicada na edição nº 8 do jornal, sobre o Congresso do PCB, foi decepcionante em todos os sentidos. Em primeiro lugar, é de se esperar que um órgão de imprensa vinculado a um partido tão importante como o PT contenha matérias com enfoques políticos sérios e aprofundados. Mas, ao contrário, a abordagem informal e episódica deu forma a um conteúdo medíocre que não reflete os debates e os resultados do Congresso. O *Brasil Agora* conseguiu reproduzir com relação ao Congresso do PCB o mesmo enfoque parcial e irônico com que a grande imprensa cobriu o 1º Congresso do PT.

MAURO PORTO
Brasília, DF

REGISTRO

Recebemos o jornal *Combate* de Lisboa; o boletim de Itaboraí, *Folha da Terra*; o jornal e a Lei da Previdência para o Agricultor, do deputado estadual Antonio Marangon (PT-RS); o jornal de Morhan (órgão de divulgação do Movimento de Reintegração do Hanseniano); e o Informativo da Agência Eclesiástica de Notícias, AGEN.

ESPIRITUALIDADE

Minhas saudações ao Jornal "*Brasil Agora*" pela abertura demonstrada na inclusão da matéria intitulada "*Tempo de Espiritualidade*", de José Tadeu Arantes no seu nº 9.

AUGUSTO DE FRANCO
São Paulo, SP



DIRETOR: JOÃO MACHADO. **EDITOR:** RUI FALCÃO. **EDITOR DE ARTE:** JOCA PEREIRA. **ARTE:** BEATRIZ PESSÓA, CELSO MADEIRA. **REDAÇÃO:** FIÁVIO AGUIAR, JUAREZ GUIMARÃES, MOUZAR BENEDITO, RAIMUNDO PEREIRA, VALTER POMAR. **SECRETÁRIA:** ADÉLIA CHAGAS. **SUCURSAS:** LUCIANE FAGUNDES, JOSÉ LUIZ LIMA E MARCOS A. SCHUSTER (RS). **COPIDESQUE E REVISÃO:** FÁBIO DE LIRA E CELSO CRUZ. **DIGITADORAS:** ELIZABETE D. DA SILVA. **EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA:** CACO BISOL E SILVANA PANZOLDO. EDITORA PÁGINA ABERTA LTDA. **BRASIL AGORA** É UMA PUBLICAÇÃO QUINZENAL - ALAMEDA GLETE, 1049. **DISTRIBUIÇÃO:** FERNANDO CHINAGLIA DISTRIBUIDORA S.A. RUA TEODORO DA SILVA, 907 - TEL: (021) 577-6655 - CEP: 20563 - RIO DE JANEIRO, RJ. **GERENTE GERAL:** HUGO SCOTTE. **ADMINISTRAÇÃO:** M^º AÍCE DE P. SANTOS. **ASSISTENTE:** IVANILDA ALVES. **REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:** ALAMEDA GLETE, 1049 - CEP 01215 - SÃO PAULO (SP). FONES: 220-7198/222-6318. **CIRCULAÇÃO:** PAULO SOLDANO. **EXPEDIÇÃO:** PAULO E. SOLDANO. **ASSINATURAS:** TEL: 223-2974 e 220-7718. **SERVIÇOS GERAIS:** EUSILANDIA M. FERREIRA, FERNANDO S. SIQUEIRA, LUCILENE B. SILVA. **FOTOLITO:** ED. ARTE. **IMPRESSÃO:** FTD. **COLABORADORES:** ALÍPIO FREIRE,

BRASIL AGORA

ALCÍLIO MORAIS, ANDRÉ SINGER, ANTONIO CARLOS FON, ANTONIO CARLOS DE QUEIROZ, ANTONIO MARTINS, BERNARDO KUCINSKI, BRENO ALTMAN, CARLOS E. CARVALHO, CELSO HORTA, CÉLUS, CÍNTIA CAMPOS, DENISE NEUMANN, EMIR SADER, EUGÊNIO BUCCI, FERNANDA ESTIMA, FERNANDO PAIVA, FIAMARION MALUÉS, FIÁVIA DE SAMPAIO LEITE, FIÁVIO LOUREIRO, GABYRU, GENARO URSO, IVAN SEREX, ISAAC ACISELUD, JOÃO ANTONIO, JOSÉ AMÉRICO DIAS, JOSÉ ROCHA, JUSTINO PEREIRA, KIPPER, MANOEL ALVAREZ, MÁRCIA BRAGA, MÁRCIA MOREIRA, MÁRCIO BUENO, MÁRCIO VENOGUERRA, MARCOS SOARES, MARIA LÚCIA BRANDÃO, MARIO AUGUSTO JAKOBSKIND, MARINGONI, MARISA MELIANI, MARIZA DIAS COSTA, MADAIRA, NELSON RIOS, NILMÁRIO MIRANDA, OHI, PATO, PATRÍCIA CORNÉIS, PAULO BARBOSA, PAULO ROBERTO FERREIRA, PAULO ZILBERMANN, PEDRO ORTIZ, PERSEU ABRAMO, ROGÉRIO SOTTIL, SÉRGIO CANOVA, SÉRGIO SISTER, WALTER ONO, WIADIMIR POMAR. A OPINIÃO DOS ARTICULISTAS NÃO REFLETE NECESSARIAMENTE A LINHA EDITORIAL DO JORNAL. **TIRAGEM DESTA EDIÇÃO:** 35.000 EXEMPLARES FORAM IMPRESSOS NO DIA 24 DE JANEIRO DE 1992. **JORNALISTA RESPONSÁVEL:** RUI FALCÃO

Escândalos reveladores

Escândalo. O Brasil está pagando, há 10 anos, milhões e milhões de dólares aos governos/banqueiros do Clube de Paris por uma usina que —acredite se quiser— nunca veio para o país. A usina até tem nome, um nome esquisito (Candiota 3), tem local para sua instalação, a cidade de Bagé, no Rio Grande do Sul, mas os equipamentos nunca vieram. A compra da usina, segundo comprovam os que hoje contestam o negócio na justiça, na verdade é parte de uma manobra, uma maracutaia a mais na longa história de falcaturas da dívida externa brasileira.

A “usina invisível”, que **Brasil Agora** relata com exclusividade nesta edição, é o tema da capa (páginas 8 e 9).

Usina de verdade, mas que se converteu num verdadeiro inferno feito de água, é a hidrelétrica de Tucuruí, uma das grandes barragens construídas em plena Amazônia tropical.

Construída para fornecer energia elétrica à ALBRÁS, uma binacional nipo-brasileira, a usina agride a ecologia e atormenta a vida da população com mosquitos e doenças (pág.11).

Outro tema exclusivo nesta edição é um relatório do Banco Mundial (7723-BR), até agora confidencial, que interfere e define rumos para a educação no Brasil. É uma espécie de Relatório Atcon (MEC-Usaid) versão 90 (pág.14).

Nesta edição, coincidente com o Dia Internacional da Mulher, entrevistamos a deputada federal Luci Choinaski (pág.16).

O EDITOR

P.S.: *Brasil Agora* chega a seu número 10 com 4.500 assinantes e sua primeira sucursal, no Rio Grande do Sul.

A ILUSTRAÇÃO DA CAPA É DE WALTER ONO.

OPINIÃO

Uma linha para 94

O PT e a CUT precisam discutir a co-gestão da coisa pública

A co-gestão da empresa pública, envolvendo trabalhadores, administração e o governo, é um desafio que ainda não foi enfrentado por sindicatos ou comissões de empresas. O PT pouco ou nada produziu a respeito. A CUT, que se saiba, também não opinou sobre o tema.

A construção do socialismo passa, no meu entender, por formulações teóricas baseadas na realidade e em experiências concretas. A CMTC é a maior empresa pública dirigida por um governo petista. O sindicato é filiado à CUT. São mais de 26 mil funcionários ligados a um serviço essencial, o transporte público. Entretanto, após mais de 3 anos de governo, nada se formulou sobre o assunto-co-gestão ou qualquer outro nome que se queira dar.

O PT, enquanto partido socialista, tem a obrigação de ocupar esse vácuo, produzindo propostas (e teoria) em cima da concretude de sua experiência como governo. Nesse caso, São Paulo é o seu maior laboratório e a CMTC poderá ainda vir a ser experiência que fornecerá subsídios para nossas propostas em 1994, em relação à empresa pública e sua efetiva democratização.

SEM PROPOSTAS. Em 1988, quando o PT venceu as eleições em várias capitais e importantes cidades do interior, não havia proposta para os funcionários públicos e trabalhadores de empresas municipais. Buscava-se, simplesmente, recuperar perdas salariais e/ou se avançar em conquistas de caráter estritamente trabalhista. Os governos petistas, de modo geral, cumpriram bem essa meta, mas de forma tão paternalista que muitos sindicatos sequer consideraram essas “conquistas” em seus materiais de propaganda. Na CMTC, cujas “conquistas” não têm paralelo na história da empresa, o sindicato assumiu uma postura declaradamente oposicionista. Chegou a soltar panfletos comparando Erundina a Collor.



Há mais coisas por trás da melhoria da CMTC do que a esquerda percebe

Resumidamente, eu diria que a ausência de uma política para o setor de transportes que transcendesse as reivindicações trabalhistas tradicionais e envolvesse o conjunto dos trabalhadores, e não só parte de sua vanguarda, pode ter sido o maior obstáculo. O plano de estatizar todo o serviço de transportes em São Paulo, por exemplo, carecia de bases reais. A criação das comissões de garagens carecia, igualmente, de uma proposta que fosse além da representação imediata de caráter reivindicatório. Além disso, a inexperiência de todas as partes envolvidas, nessas comissões, levou a conclusões equivocadas, como a de que quase todos os cargos de chefia, se não todos, eram ocupados por direitistas assumidos ou enrustidos (malufistas, janistas etc), desencadeando-se um processo de caça às bruxas que enfraqueceu a disciplina e a hierarquia, deteriorando a qualidade dos serviços.

RISCO NEOLIBERAL. A CMTC esteve ameaçada de sucumbir frente à ofensiva neoliberal, que vê na privatização a saída para todos os males do Brasil e na democracia participativa, o maior risco para o neoliberalismo. Até militantes da CUT e do PT concluíram, equivocadamente, que a CMTC não tinha jeito.

Felizmente, não está sendo esse o desfecho. Apesar de todas as dificuldades provocadas pelo estrangulamento econômico e financeiro imposto pelo governo federal - que, pela primeira vez na história, não permitiu

a obtenção de financiamento para um ônibus sequer -, por cortes orçamentários decretados pela oposição conservadora que domina a Câmara de Vereadores e, agora, por essa ofensiva anti-IPTU, a CMTC sobrevive e consegue mudar gradativamente a imagem de empresa falida, sem perspectiva.

A municipalização dos transportes acabou com os feudos dos empresários, aumentou a oferta de ônibus, que estava congelada há 16 anos. A CMTC sai fortalecida e até lucro contábil deve aparecer no balanço de 1991. Mas tudo isso não terá sentido se, no final desse governo, não avançarmos na participação dos trabalhadores na administração da empresa. Hoje, a direção da CMTC e o sindicato já dialogam não só sobre a construção de uma proposta quanto à política salarial, mas também de investimentos necessários e prioritários dentro dos limites do orçamento impostos pela maioria dos vereadores. A direção do sindicato apóia o projeto de municipalização dos transportes e pretende-se chegar a um projeto de gestão participativa, onde os direitos e obrigações serão democraticamente assumidos.

Seria importante que as direções do PT e da CUT acompanhassem *pari-passu* todo o desdobramento dessas iniciativas.

PAULO DE TARSO VENCESLAU
Membro da direção municipal do PT-SP

Este texto é uma versão resumida do artigo original do autor

RÉPLICA

PCdoB: faltou autocrítica

No **Brasil Agora** nº 8, o deputado federal Haroldo Lima sintetizou o 8º Congresso do PCdoB como uma convenção de novidades: o partido não alterou rumos, não aboliu símbolos, não se afastou do socialismo, confirmou o marxismo-leninismo como guia para a ação e saiu mais coeso e unido do Congresso.

No 8º Congresso do PCdoB, diz Haroldo Lima, não ocorreu a divisão que o PCB sofreu nem o afastamento da temática do socialismo que o PT teria vivido no seu 1º Congresso.

Realmente, o PCdoB é um partido afortunado, feliz. Consegue dar bruscas viradas em suas concepções como se nada tivesse acontecido e tudo continuasse “como d’antes”.

Durante anos, o PCdoB defendeu o caráter feudal da formação social brasileira e daí extraía uma política que o atrelou historicamente à burguesia liberal ou populista, apesar do discurso mais radical do que seu irmão, o PCB.

Nas últimas décadas, o partido transitou pelo maoísmo, rompeu com este e transformou-se num arauto do modelo albanês. Recentemente, ao que tudo indica, abandonou também o “faroI do Mediterrâneo”, sem grandes problemas ou autocríticas.

Acostumados com um partido com direito de tendência, profundamente democrático, nos assustam essas grandes mudanças pelas quais o PCdoB passa incólume. O PT, em seu 1º Congresso, debateu

teses social-democratizantes, porém elas foram democraticamente derrotadas por ampla maioria. O PT não renegou o socialismo, nem sua estrela e muito menos a luta pela organização independente dos trabalhadores. Mas chegou a isso com pleno direito de tendência e sem nenhum tema proibido ou teorias inquestionáveis, aí incluído o marxismo.

Estamos curiosos para ver as resoluções sobre o Leste Europeu e a URSS do 8º Congresso do PCdoB. Havia uma natureza distinta, no regime albanês, do resto da *débâcle* stalinista? A tentativa de golpe contra Gorbachev, saudada como “alvissareira” por João Amazonas, foi apoiada ou criticada pelo partido?

O PT sempre criticou o processo de burocratização do “socialismo real”. Mesmo assim, no 1º Congresso, discutiu-se o problema como algo que nos concerne e que temos que entender e explicar. Aprovamos, também, a urgente necessidade de reforçarmos a unidade no campo da esquerda não só para a ação política, mas para a reflexão teórica. Nos tempos difíceis que nós, socialistas, vivemos, talvez um pouco de humildade e autocrítica nos ajudem mais a enfrentar as duras batalhas contra a ofensiva ideológica burguesa do que o ufanismo da coesão, da unidade, que apenas encobrem divergências e problemas não resolvidos.

RAUL PONT

Deputado Federal (PT/RS)



QUAIS SÃO OS FÓRUMS

REPRESENTAÇÃO EM FÓRUMS DO GOVERNO FEDERAL. Junto com as outras centrais sindicais, a CUT participa dos conselhos do FGTS, Previdência, Seguridade, Saúde e Fundo de Apoio aos Trabalhadores (FAT).

CÂMARAS DE NEGOCIAÇÃO FEDERAL. A mais importante é a Câmara Setorial da Indústria Automobilística, onde se discutem e negociam políticas públicas para enfrentar a crise do setor. O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo participa dos subgrupos temáticos (investimento, mercado interno, tecnologia, qualidade e produtividade e tributos).

CÂMARAS SETORIAIS PAULISTAS. Formadas como desdobramento de uma proposta apresentada pelo representante da CUT no "Fórum Paulista Anti-recessão", convocado pelo governador Fleury e que reúne, além das centrais sindicais, entidades empresariais e representações dos governos estadual e da cidade de SP. São sete câmaras setoriais por ramos de produção (alimentos, higiene e limpeza, têxteis e vestuário, medicamentos, construção civil, automotiva e eletro-eletrônica), além de uma Câmara Geral de Negociações, assessorada por entidades como o Fiepe, o Dieese, o Sead etc. De acordo com o protocolo, "o objetivo da negociação é o alinhamento de preços relativos, salários e tributos". Alegando a necessidade de uma discussão mais ampla em suas bases, o presidente da Fiesp negou-se a assinar o protocolo de instalação das câmaras no dia 21 de fevereiro. A continuidade das negociações depende do posicionamento da Fiesp.

FÓRUM DO MERCOSUL. A CUT reivindicou a participação das centrais sindicais nos dez subgrupos técnicos já constituídos pela executiva dos governos do Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai. Além de coordenar as suas ações com as centrais sindicais dos países envolvidos (foi redigida uma carta, contendo os direitos mínimos dos trabalhadores em um encontro realizado em dezembro de 1991), a CUT já participa nos subgrupos de Política Industrial e Tecnologia, de Política Agrícola e de Relações de Trabalho.

FÓRUM CAPITAL E TRABALHO DA USP. Formado por proposta do "Pensamento Nacional das Bases Empresariais" (PNBE), sob a presidência do reitor da USP, tem como meta propor ações e políticas de desenvolvimento. Tem participado a Fiesp, a Federação do Comércio de São Paulo, a Confederação Nacional dos Transportes, a Sociedade Rural Brasileira, a PNBE, a CUT, a Força Sindical e a CGT. O fórum tem o prazo de 21 de abril para apresentar suas propostas.



SINDICALISMO

A CUT mostra a cara

Assediada pela recessão, a Central resolve de participar de fóruns diversos para debater, negociar e propor saídas.

Filhos da recessão, contemporâneos de um governo com pouquíssima capacidade de articular apoios na sociedade civil, têm proliferado no último período os fóruns pluriclassistas e pluripartidários para debater e negociar caminhos de superação da crise.

Qual a posição da CUT, como entidade sindical mais representativa dos trabalhadores? Participar ou não? Se participar, como, com quais propostas e objetivos?

DIVERGÊNCIAS. O tema é polêmico na CUT. A participação da Central em um fórum de negociação convocado pelo governo Collor no ano passado foi, como se sabe, uma das querelas centrais que avivaram o fogo dos conflitos no 4º Concut realizado em setembro do ano passado. Houve divergências, na época, entre a posição aprovada pelo Diretório Nacional do PT e a posição majoritária na direção da CUT.

O tema continua sendo polêmico. Na última reunião da Executiva da Direção Nacional da CUT, realizada em fevereiro, a decisão de participar dos fóruns foi tomada com doze votos a favor, seis contra e cinco ausências.

Para os que defendem enfaticamente a participação nestes fóruns, essa decisão faz parte de um esforço para superar a fase de lutas de resistência e corporativas que marcam a primeira fase da vida da Central. O tamanho da crise só acrescentaria argumentos à necessidade da CUT mostrar a sua face perante a sociedade, com uma disposição de apresentar propostas e negociá-las. Para os que se opõem à participação nos fóruns, trata-se de um problema de princípios: recusar uma dinâmica de pactos sociais com governos e empresários, que em última instância cassariam a tradição classista da CUT. Para outros, enfim, trata-se de definir o melhor caso a caso e definir a postura, o programa de interesse dos trabalhadores que a CUT deveria apresentar nestes fóruns.

AS DIFERENÇAS. Exatamente por se tratar de um tema polêmico e complexo, o primeiro esforço deveria ser o de conhecer e diferenciar os diversos fóruns em questão. De âmbito multinacional, federal ou estadual, com caráter de elaboração, negociação ou representação classista, atravessados alguns por interesses partidários mais ou menos evidentes, os fóruns são vários (ver coluna ao lado).



para a superação da crise.

AS CÂMARAS SETORIAIS. Se as câmaras setoriais do "Fórum Anti-Recessão" de São Paulo nasceram de uma negociação pelo alto, a participação dos metalúrgicos de São Bernardo na Câmara da Indústria Automobilística inscreve-se na ampla gama de iniciativas dos trabalhadores sob a ameaça de um progressivo sucateamento do setor.

Atrasada, não competitiva no plano internacional, as montadoras vêm optando pelas políticas mais selvagens: aumentos subsequentes e cartelizados de preços acima da inflação (mesmo quando obtêm redução no IPI, como ocorreu recentemente), demissões em massa, fechamento de unidades como a fábrica de motores da Ford, concentração na produção dos veículos mais sofisticados e caros.

A participação dos trabalhadores nas comissões temáticas quis introduzir e pleitear novos

Há fóruns, em primeiro lugar, de **representação classista**, como o do FGTS, Previdência, Seguridade, Saúde e Fundo de Apoio aos Trabalhadores (que gere o seguro-desemprego). Em geral, a participação da CUT nesses fóruns é bastante minoritária e está muito longe da situação que se desejaria, de um controle pleno ou no mínimo paritário por parte dos trabalhadores sobre estes fundos e órgãos que afetam tão diretamente o mundo do trabalho.

A crise tem exposto de forma até dramática - como no caso da Previdência - o quanto a administração desses fundos está privatizada, entregue ao campo minado da ineficiência e da corrupção. A participação de representantes da CUT nesses fóruns, menos do que uma democratização real, traz a eles um mínimo de exercício de fiscalização.

O advogado Douglas Gerson Braga, por exemplo, representante da CUT no Conselho Curador do FGTS, denunciou recentemente com grande destaque na imprensa o uso de 61% dos recursos do FGTS para habitação no Distrito Federal, para projetos das construtoras Paulo Octavio e Grupo OK, ambas dirigidas por amigos de Collor. Por proposta da CUT, articulada

com os representantes das outras centrais, foi aprovada uma portaria do Ministério do Trabalho que obriga as empresas a apresentarem mensalmente o extrato do FGTS para os seus funcionários, além de concederem poderes de fiscalização aos sindicatos.

Há fóruns, por sua vez, que combinam a **representação classista** com a **negociação**, como é o caso do Mercosul e das câmaras setoriais. No caso do Mercosul, por exemplo, cujo processo de unificação em curso prevê o dia 31 de dezembro de 1994 como prazo de chegada, a divisa da CUT é: "se o fazem sem nós, é muito provável que o façam contra nós". A unificação dos mercados seria aproveitada pelos empresários para atuar nas brechas dos direitos sindicais desigualmente estipulados nos diversos países, para gerar desemprego e obter vantagens tributárias. É, em síntese, o custo social da integração que está em jogo.

Um terceiro tipo seriam os fóruns que têm um caráter de **debate e de proposição de políticas governamentais**, como o da USP. A questão aí seria até que ponto é possível e desejável fazer coincidir propostas estratégicas comuns de interesse entre trabalhadores e empresários

parâmetros macro-econômicos de tratamento da crise, combinando uma política de empregos e salários, relações de trabalho e **mix** de produção (opção pelos veículos populares).

Por sua vez, a resistência da Fiesp em assinar o protocolo das câmaras setoriais paulistas indica o quanto o empresariado quer ter as mãos livres na crise. Mário Amato temeria justamente que a proposta de alinhamento de preços "ao longo da cadeia produtiva" pudesse sugerir que as empresas tivessem de abrir seus livros para demonstrar composição de custos e margens de lucros.

Estas considerações, que indicam a correção de uma política ofensiva de proposição e negociação da CUT, remetem também a dois tipos de limites. O primeiro: é óbvio que sem estruturar uma campanha nacional de massas contra a recessão e seus efeitos, a posição da CUT nas mesas de negociação fica naturalmente enfraquecida. Segundo: a maior exposição só cobra de forma impiedosa da CUT a sua proposta econômica alternativa para o país, sob o risco de ficar a reboque do projeto neo-liberal.

JUAREZ GUIMARÃES

Um mês de muita briga

O ataque à progressividade faz parte da campanha eleitoral: o alvo é o PT e Suplicy.

Dentro de um mês deverá sair a decisão final do Supremo Tribunal Federal sobre o valor do IPTU de São Paulo. O ministro do Supremo, Célio Borja, posicionou-se a favor da liminar concedida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, porém o secretário municipal de finanças, Amir Khair, considerou bom o parecer da ministra, que decidiu que a progressividade deve ser regulamentada por lei municipal e que a competência nos julgamentos cabe ao Supremo, e não às cortes estaduais. Isso enfraquece a decisão do tribunal estadual paulista.

Enquanto isso a prefeitura irá esperar o julgamento e não paralizará obras. "Apenas advertimos aos empreiteiros para não gastarem por conta", diz Khair. Caso seja mantida a decisão do tribunal paulista,

a arrecadação de IPTU da prefeitura será reduzida em 80%, passando de 500 milhões para 100 milhões de dólares, o que inviabilizaria projetos e afetaria diretamente os salários dos servidores municipais, que foram recuperados aos níveis de 1978, seu ponto mais alto. "O IPTU progressivo apenas recupera a arrecadação aos mesmos patamares de 1978 e foi uma decisão adotada pela Frente Nacional de Prefeitos. Cidades como Belo Horizonte também adotaram a progressividade e o ataque ao PT

se deve às eleições", adverte Khair. O secretário acha, no entanto, que vale a pena comprar a briga, cujos resultados não vêm a curto prazo. "O PT está avançando nesse processo e se fizermos uma campanha nacional articulada de esclarecimento teremos uma repercussão muito positiva".

PRESSA. Enquanto a campanha nacional não sai, o governo municipal e o diretório paulistano já estão agindo. "Resolvemos transformar as visitas da prefeita às regiões em atos políticos, esclarecendo a população sobre o IPTU", avi-

se Rodolfo Vilela, secretário-geral do diretório municipal.

"Queremos apressar o julgamento e evitar o risco que o Supremo Tribunal 'arraste' indefinidamente a questão". Vilela avalia também que a campanha de Suplicy não será afetada, pois, "ao contrário do que diz a **Folha de S. Paulo**, de dezembro para cá a aceitação ao senador petista cresceu de 24% para 27%".

JUSTINO PEREIRA

CINCO MOTIVOS PARA UM IPTU PROGRESSIVO

Indagado sobre cinco motivos pelos quais vale a pena comprar a briga pela progressividade do IPTU, o secretário municipal de finanças de São Paulo, Amir Khair, dispara convicto:

1º) **distribuição de renda:** "o imposto progressivo permite tirar mais de quem tem mais", resultando na prática em distribuição de renda;

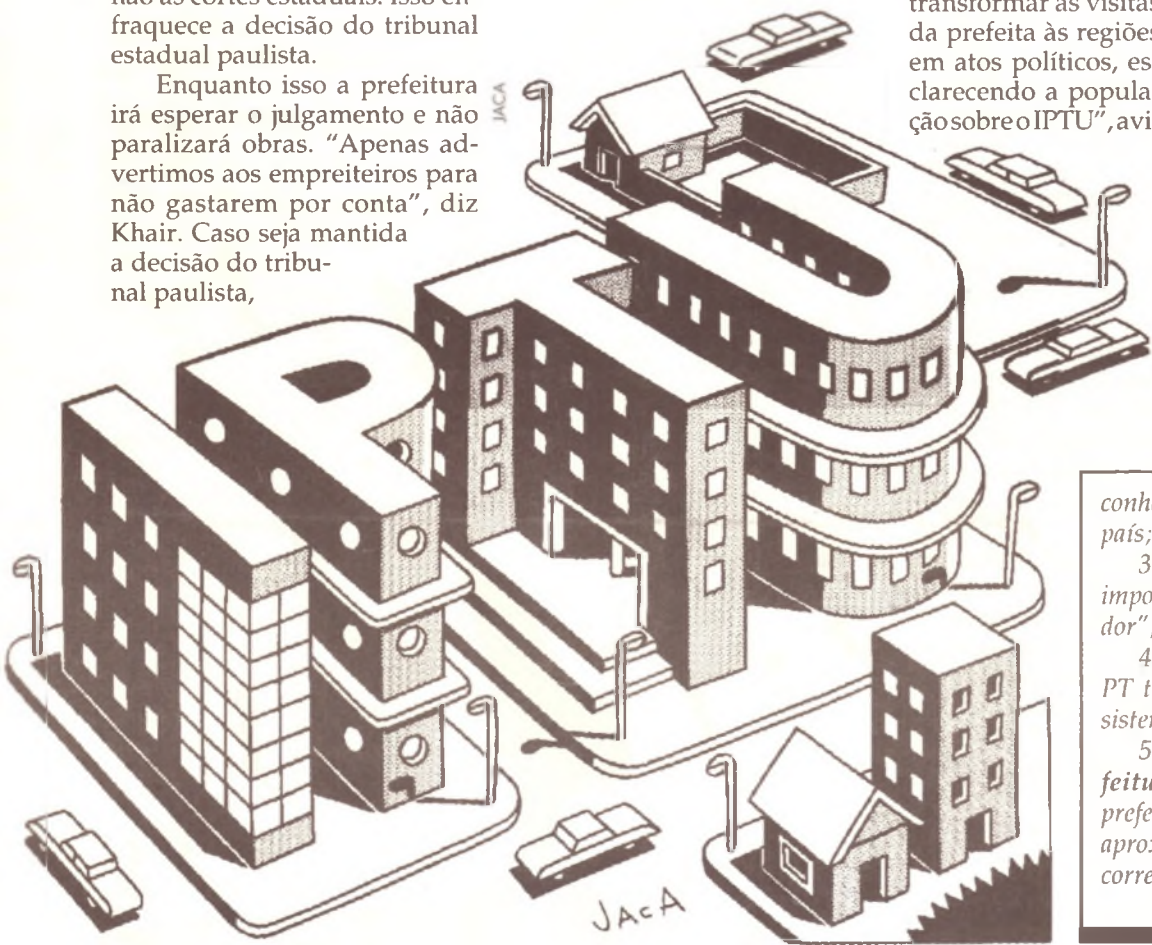
2º) **isenção de impostos:** "a progressividade permite que haja pessoas que não pagam impostos", o que é um reconhecimento dos abismos de renda que existem no país;

3º) **de cada um...:** "a progressividade adapta os impostos à capacidade de contribuição do trabalhador";

4º) **revolução tributária:** "a postura adotada pelo PT trará uma contribuição decisiva na reforma do sistema tributário brasileiro", tornando-o mais justo;

5º) **mudança no perfil da arrecadação das prefeituras:** "a postura assumida pela frente nacional de prefeitos, ao resolver 'brigar' pela progressividade, aproxima-se do 1º mundo, onde o imposto territorial corresponde a 70% da arrecadação municipal".

(JP)



INSS

Para aposentar, hay que ocupar

Governo desconsidera a lei e atrasa os benefícios dos trabalhadores rurais

Quase quatro anos após a promulgação da Constituição, os trabalhadores rurais ainda esperam pelo cumprimento dos artigos que garantem aposentadoria aos 55 anos, para as mulheres, e aos 60 para os homens. Somente no Rio Grande do Sul, segundo estimativa do Departamento Rural da CUT, há 150 mil agricultores em condições de começar a receber o benefício imediatamente, mas que tiveram seus pedidos rejeitados pelos postos locais do INSS, que alegam falta de orientação da direção do órgão.

Esta situação tem gerado inúmeros protestos no interior do estado, principalmente nas cidades de Erechim, Passo Fundo, Palmeira das Missões e Lagoa Vermelha, que concentram boa parte da agricultura gaúcha. Ainda como forma de protestar contra o descaso do governo fe-

deral, que havia estipulado o prazo de setembro do ano passado para iniciar o pagamento destas aposentadorias, os trabalhadores ocuparam a sede do INSS em Porto Alegre no último dia 11 de fevereiro.

A ocupação ocorreu depois de uma grande manifestação, organizada pela FETAG - Federação dos Trabalhadores na Agricultura -, CUT e sindicatos rurais no centro da cidade, sendo que até hoje um grupo de 40 colonos está acampado numa sala do Instituto.

OCUPAÇÃO. Nestor Scherer, do Departamento Rural da CUT, lembra que, além das 150 mil aposentadorias trancadas, outros 8 mil colonos gaúchos estão com seus benefícios - aposentadoria ou pensão - cortados pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, sob suspeita de

fraude. Como não foi detectada qualquer irregularidade nos processos, o Ministério se comprometeu a devolver o dinheiro confiscado, o que até agora não ocorreu. A maioria destas 8 mil pessoas tem mais de 60 anos e recebiam pensão por viuvez, ou seja, estão absolutamente desamparadas.

Dias 11 e 12 de março representantes dos sindicatos rurais e militantes do movimento popular estiveram em Brasília para tentar audiência com o ministro da Previdência e colocar um ponto final nesta espera.

Ao mesmo tempo, em várias regiões do estado, os agricultores prometiam novas ocupações dos postos do INSS, caso não seja encaminhada solução urgente para estas duas questões.

LUCIANE FAGUNDES,
de Porto Alegre

SUPERSAFRA

COLLOR NÃO ENGANA

O festivo início oficial da colheita da safra brasileira realizada no Rio Grande do Sul acabou se revelando um tiro pela culatra, porque lideranças dos produtores gaúchos aproveitaram a presença de Fernando Collor no estado para denunciar o que batizaram de "a farsa da supersafra". Eles explicam que o Ministro da Agricultura, Antônio Cabrera, chegou aos números divulgados - uma previsão de 69,5 toneladas (ainda assim abaixo do atingido em 1989, 71,49 toneladas) - graças ao subterfúgio de incluir no cálculo a safra do Nordeste (habitualmente excluída) e a de inverno, que em muitas regiões sequer foi cogitada. A safra do Nordeste acontece bem depois da do restante do país e por isso fica excluída do cálculo total.

Na verdade, argumentam as lideranças dos produtores, o governo Collor procura usar como referência o fracasso da safra 90/91, prejudicada em parte pela seca mas muito mais pela indefinição governamental de uma política agrícola para o país e linhas de crédito que financiassem o cultivo. A safra 90/91 ficou em minguiadas 58 toneladas, obrigando o país a importar tipos de alimentos em que já era praticamente auto-suficiente.

Discussões numéricas à parte, o governo Collor fez questão de tentar montar um carnaval em Jaguarão, no sul do Rio Grande do Sul, onde Fernando Collor, cinematograficamente pilotando uma colheitadeira, abriu a safra deste ano.

A escolha do cenário revela bem a opção do governo Collor em um país com mais de 10 milhões de sem-terra. A Granja Bretnhas tem como principal sócio Érico da Silva Ribeiro, o maior produtor individual de arroz do mundo. É um latifúndio que hoje possui 8.020 hectares dedicados exclusivamente à monocultura de arroz. Jaguarão gastou o que não tinha para receber Collor e sua comitiva. O prefeito local, João Alberto Dutra Silveira (PFL), chegou a construir um heliporto presidencial e fretar 22 ônibus e 15 caminhões para transportar estudantes e populares para assistir à encenação.

JOSÉ LUIZ LIMA,
de Porto Alegre



MÁFIA DE RESULTADOS?

As denúncias de corrupção envolvendo o ex-ministro do Trabalho e Previdência Social, Antônio Rogério Magri, e a provável benevolência do Palácio do Planalto em permitir que um ministro de Estado agisse como chefe de uma quadrilha estão provocando o fechamento de um cerco sobre a Força Sindical, presidida por Luiz Antonio Medeiros. Magri, antes de assumir o ministério, era o segundo *cappo* da Força Sindical.

A central presidida por Medeiros vem recebendo recursos do governo Collor desde a sua posse. Em outubro do ano passado, uma ação popular movida por três advogados cariocas em nome da publicitária Maria Clinária de Medeiros, residente na Ilha do Governador, bloqueou o repasse de uma verba total de Cr\$ 1,5 bilhão (em valores de maio do ano passado). Esta soma representava doações ou financiamentos da CEF, dos Ministérios da Saúde e da Educação para a Força Sindical. A denúncia foi feita após requerimento de informações aos três ministérios (Economia, Saúde e Educação) encaminhado pelo deputado federal José Dirceu (PT-SP).

Medeiros, entretanto, não tem sido financiado apenas por Collor. Durante o governo Quéricia, ele recebeu Cr\$ 8,340 milhões da Secretaria Estadual do Trabalho e Promoção Social, através de um convênio com o Instituto Brasileiro de Estudos Sindicais (IBES), também presidido por Medeiros. Pela avaliação do gabinete do deputado Luiz Azevedo (PT-SP), Medeiros prestou contas de apenas metade desses recursos e, ainda assim, com notas duvidosas.

Medeiros deve saber mais a respeito dos negócios de Magri. Décio Cardoso, o "Faixa", que não é apenas um assessor, mas o braço direito de Medeiros, exercendo funções que misturam atividades de motorista com guarda-costas e secretário particular, foi denunciado como um intermediador de operações de negociações de dívidas de empresas com o INSS.

Agora, três ações de parlamentares do PT pretendem fechar o cerco da investigação sobre Medeiros: José Dirceu está encaminhando pedido para saber o que cada ministério doou à Força Sindical; Pedro Tonelli (PT-PR) encaminhou ao Ministério do Trabalho requerimento para que se indiquem quais sindicatos do país receberam grana do governo; Luiz Azevedo fez o mesmo pedido de esclarecimento quanto ao governo Quéricia.

DENISE NEUMANN



Antecipar é possível

Congresso Nacional se prepara para votar substitutivo que marca plebiscito para 21 de abril.

Os movimentos do presidente Fernando Collor em favor da adoção do sistema parlamentarista de governo parecem indicar que ele adotou a dança segundo a qual, "se não é possível vencer o inimigo, o jeito é juntar-se a ele". No segundo semestre do ano passado, como se recordam, alguns partidos oposicionistas chegaram a ameaçar Collor com o *impeachment*. As batalhas dos aposentados contra a Previdência Social, as denúncias contra o então ministro da Saúde, Alcení Guerra e, mais recentemente, a divulgação das maracutaias do ex-ministro do Trabalho, Antônio Rogério Magri, só agravaram a situação do presidente. Collor, no entanto, após ter recomposto uma certa base parlamentar lastreada no redutivo **Centrão**, parece ter assumido a vanguarda dos que lutam pelo parlamentarismo. Entre eles estão, justamente, os que mais ardorosamente gostariam de encurtar o seu mandato.

SUBSTITUTIVO. No dia 14 de janeiro, Collor foi à televisão para fazer um desabafo. Culpou o presidencialismo pelo seu isolamento político e fez propaganda do parlamentarismo, sistema que, segundo ele, "permite um tratamento de solidariedade entre o Congresso e o chefe de Estado". Agora, noticia-se que Collor está redigindo uma cartilha para a campanha em favor do parlamentarismo segundo o seu figurino. De acordo com o jornal *O Globo* de 9 de março, ele já montou, também, um calendário para as negociações políticas até o final de seu mandato. Os meses de fevereiro e março foram reservados para obter o apoio de importantes líderes políticos para a votação do substitutivo que antecipa o plebiscito sobre o sistema de governo. Já teriam assegurado tal apoio os governadores de São Paulo, Luiz Antônio Fleury Filho, e de Minas, Hélio Garcia.

O referido substitutivo é de autoria do deputado Roberto Magalhães (PFL-PE). Trata-se de

um projeto de emenda constitucional que antecipa de 7 de setembro para 21 de abril o plebiscito sobre o sistema de governo. Para ser aprovada, a emenda terá de ser votada em dois turnos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Na Câmara, são necessários 302 votos. No Senado, 51 votos. Teoricamente, é possível concluir esse processo de votação até o dia 30 de junho, data limite escolhida pelos parlamentaristas. Eles temem a sua inviabilidade se o processo for transferido para o segundo semestre, quando o Congresso estará esvaziado por causa das eleições municipais. De qualquer forma, aprovar a antecipação será uma tarefa extremamente complicada, a despeito da existência de uma frente amplíssima a seu favor, que reúne, entre outros, Collor, Ulysses Guimarães, Fernando Henrique Cardoso, Sandra Cavalcanti, além de expressivas lideranças da esquerda. Contra mesmo, por enquanto, só se manifestaram as lideranças do PDT, do PCdoB e os monarquistas. E deputados como Hélio Bicudo (PT-SP), que deu, a título pessoal, um parecer jurídico considerando que a antecipação é inconstitucional.

EMPECILHOS. Uma complicação nessa história é a votação do projeto que cria a Secretaria de Governo, para a qual já foi indicado o ex-senador Jorge Bornhausen. Collor reservou a esta Secretaria um papel determinante no seu esquema pró-parlamentarismo, já que, dizem os analistas políticos, não poderia contar com o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, um presidencialista convicto. Tampouco com o líder do governo no Senado, Marco Maciel, também presidencialista, que no último dia 9 de março ameaçou deixar a liderança se o Palácio do Planalto assumir o proselitismo parlamentarista. O problema é que, na última semana de fevereiro, o líder do PMDB,

Genebaldo Correia, criou um impasse, negando apoio a um pedido de urgência urgentíssima para a votação da criação da Secretaria de Governo. Agora, os partidos de oposição exigem que o projeto de decreto legislativo que derruba o Decreto 430 (através do qual Collor adiou o pagamento do reajuste dos 147% dos aposentados para o ano que vem) tenha prioridade sobre o projeto da Secretaria.

Mesmo trabalhando de maneira informal, Bornhausen já botou seu trator para funcionar. Foi ele quem incluiu na pauta das negociações para a aprovação da antecipação do plebiscito a inclusão dos projetos envolvendo as questões da Previdência Social, Reforma Tributária e alguns artigos do chamado **Emendão**. Seus principais interlocutores nessa manobra, segundo o *Jornal do Brasil* de 20 de fevereiro,

foram o deputado Ulysses Guimarães e o senador Fernando Henrique Cardoso.

Por estas e outras, parlamentaristas históricos como o vice-presidente da Câmara, deputado Waldir Pires (PDT-BA), começam a questionar a atual campanha pró-parlamentarismo. Pires considera que, se o parlamentarismo for adotado de afogadilho, apenas para satisfazer a vaidade de algumas raposas políticas, o Brasil vai, novamente, perder uma importante oportunidade histórica. Ele acha que o "relacionamento do povo com o Congresso está hoje em nível baixíssimo" e, por isso, quer mais tempo e mais debates antes da adoção do novo sistema.

ANTONIO CARLOS QUEIROZ
de Brasília



O PT E O PARLAMENTARISMO

O PT está estudando a realização em breve de um plebiscito entre seus filiados para definir um posicionamento amplo que arme o partido tanto para intervir no plebiscito sobre sistema de governo como na revisão constitucional de 1993. O plebiscito seria antecedido da realização de debates e da publicação de textos didáticos e estudos sobre as propostas existentes.

O objetivo é, em meio ao verdadeiro labirinto de interesses em jogo, definir uma proposta não casuística, afinada com o programa petista de uma democratização radical do Estado.

O Diretório Nacional do PT já definiu uma

posição em princípio a favor do parlamentarismo. Mas não quer confundir esta definição com o apoio a uma eventual proposta parlamentarista que signifique uma manobra das elites, ou pior, um agravamento do caráter oligárquico do sistema de governo brasileiro.

A tendência no PT é vincular a defesa do parlamentarismo à eliminação do bicameralismo ou dos poderes revisores do

Senado e dos absurdos desvios na representação proporcional dos parlamentares em relação à população de cada estado. Além da revisão da Lei Orgânica dos partidos e do papel atual do TSE, defender-se-ia uma rígida legislação para coibir a corrupção eleitoral, e o abuso do poder econômico, e para a democratização dos meios de comunicação.

(JG)

CAMINHO
PARA A VIDA

Terra Cultivada Caminho para a Vida foi o tema da 15ª Romaria da Terra, organizada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Rio Grande do Sul, que aconteceu no dia três de março na localidade de Hula Negra, município de Bagé, a 372 km de Porto Alegre. Este ano, a atividade, que contou com a presença de 25 mil pessoas, foi realizada em homenagem a Sepé Tiaraju, índio morto em 1756, num massacre promovido pelos portugueses e espanhóis aos Sete Povos das Missões. Sepé foi assassinado numa terça-feira de carnaval e, num tributo a ele, as romarias acontecem sempre nesta data.

Irio Luiz Conte, da executiva da CPT/RS, observava que as romarias são pensadas dentro de um contexto histórico e que nos dois últimos anos registraram-se os principais conflitos da luta pela terra no estado, onde em abril de 1991, morreu o colono Neuroni Pinheiro Machado, em confronto com a Brigada Militar. O local possui 20 assentamentos e dois acampamentos. Do ponto de vista eclesial, a Romaria ainda celebrou 500 anos de evangelização da América Latina, trabalho iniciado com os índios justamente nesta mesma região.

Irio explica que o tema *Terra Cultivada Caminho para a Vida* é a antítese feita pelo movimento ao latifúndio improdutivo. Segundo ele, os assentamentos existentes já começam a mudar as relações sociais da região, se constituindo "numa espécie de contra-hegemonia das culturas oprimidas aos latifundiários locais", e 50% da produção de milho e 25% da de animais da região vêm dos assentamentos.

Este ano, a Romaria da Terra também resgatou o caráter ecumênico que marcou a atividade no seu início e foi conduzida por um pastor luterano. Milton Schwantes acentuou em sua pregação que a terra precisa ser usada para garantir a vida, e não produzir a morte.

LUCIANE FAGUNDES,
de Porto Alegre



MILTON SOARES

8 DE MARÇO

As catarinenses protestam

O dia ainda não tinha amanhecido quando começaram a chegar ônibus de todo o estado de Santa Catarina em Xanxerê, cidade a 600 km. de Florianópolis. Cerca de 10 mil pessoas participaram do protesto promovido pelo Movimento de Mulheres Agricultoras, CUT, CPT, MST, Pastorais e Secretaria Agrária do PT. Foi a maior manifestação do 8 de março no país.

O destaque do protesto foi a luta contra o veto de Collor ao salário-maternidade para as trabalhadoras rurais. Mas as reivindicações estenderam-se às creches, saúde integral para a mulher, fim da violência contra os trabalhadores, pagamento das aposentadorias e reforma agrária.

"Este encontro mostra que sem a nossa participação não tem mudança neste país", afirmou a deputada federal Luci Choinaski (PT-SC). "Nossos direitos estão encalhados, é por isso que viemos lutar", bradou Teresinha Alves de Souza, 39

anos, que deixou os cinco filhos com o marido para ir à manifestação. Mas muitos homens participaram e apoiaram a manifestação: "As mulheres precisam lutar contra a opressão, mas tem que ser uma luta conjunta com os homens", disse Augustinho Vanzela, pequeno produtor.

A maior vibração coube às jovens, como Andréia da Silva, 15 anos: "Queremos uma vida diferente das nossas mães, que são oprimidas pelo trabalho no campo e pelos maridos". Uma peça encenada pelos agricultores na praça mostrava essa dupla opressão, e o público vaiava cada vez que o marido mandava a mulher fazer o chimarrão. O ato durou até as 17h, quando uma caravana partiu em direção a Brasília, levando mulheres catarinenses que se juntariam a outras de 16 estados brasileiros, para protestos com a mesma pauta de Xanxerê.

ELIANE TAVARES,
de Xanxerê

PRIVATIZAÇÃO

Desalienar, eis a questão

Para defender as estatais, é preciso chegar aos despolitizados, diz Lula.

Existe uma política premeditada dos meios de comunicação de negar a atividade do Governo Paralelo, de "sequer mencioná-lo". A afirmação de Lula, em entrevista coletiva à imprensa antes do ato público de 9 de março, em São José dos Campos (SP), foi quase um vaticínio. Quem se desse ao trabalho de procurar, nos jornais do dia seguinte, alguma referência ao pronunciamento que ele fará na ONU, no dia 23 - anunciado por ele na entrevista -, daria com os burros n'água. Não saiu uma só linha.

O ato público contra a

recessão e a privatização reuniu mais de mil pessoas, número considerado bom pelo próprio Lula, por se tratar de uma segunda-feira. Em São José dos Campos atuam duas empresas públicas que são alvos diletos do programa de privatizações do governo Collor: a Embraer e a Petrobrás.

O presidente do PT chamou atenção para o principal desafio na luta contra a privatização das estatais: chegar aos despolitizados, aos desinformados. "Por que as pessoas que ganham menos apoiam a direita? Quem faz a cabeça delas é o Silvio Santos,

é a novela, é a Rede Globo, é a Hebe Camargo - que não faz outra coisa senão falar mal do PT. Essa parte da população se deixa seduzir pelo discurso fácil, por exemplo, contra as estatais". Lembrou que "meia-dúzia de tecnocratas afundaram a Embraer", sem que os trabalhadores tivessem qualquer participação na gestão da empresa. Disse que não é possível descartar o conhecimento tecnológico acumulado pela empresa e "entregar para o estrangeiro".

Se não entrou dinheiro com a venda das estatais, mas somente moedas podres, então é mentira que haverá mais verbas para a educação. É um engodo criado pela guerra ideológica. "Mas nós, que sabemos disso, ainda somos poucos", alertou o barbudo. Lula recomendou paciência e perseverança aos defensores das empresas públicas. Observou que Margaret Thatcher, símbolo do neoliberalismo mundial, saiu de cena quando os resultados catastróficos de sua política levaram seu próprio partido a perder eleições. "Isso, os meios de comunicação do Brasil esconderam".

Houve um momento de ligeiro mal-estar no comício, quando um pequeno grupo insistiu na palavra de ordem "Fora Collor", derrotada no Congresso Nacional do PT.

Lula contornou o problema com diplomacia, mas sem perdão: "Vocês me conhecem bem, conhecem toda a minha luta e sabem que eu não acredito em vanguardismo". Ele defendeu um amplo trabalho de politização das massas populares, como pressuposto para uma palavra de ordem desse tipo.

MARCOS SOARES E
MARCOS MEIRELLES,
de São José dos Campos



MARCOS AURELIO MONTEIRO

Lula: mobilização, mas sem vanguardismo



A USINA INVISÍVEL

A compra de uma termoelétrica na França, em 1981, para Bagé (RGS), acaba de ser reafirmada em Paris. Mas levanta protestos no sul: a usina, pela qual já foram pagas algumas centenas de milhões de dólares, nunca veio para o Brasil. E nem era esse o objetivo de sua contratação, dizem os que contestam o negócio na justiça: o contrato, na realidade, era apenas parte de uma manobra, da rolagem da dívida externa.

FINAL DE FEVEREIRO, 1992

A equipe brasileira não resistiu mais que três dias. As negociações, em Paris, se davam em condições desfavoráveis. De um lado, 13 - entre eles, os sete países mais ricos do velho mundo capitalista. De outro, sozinho, o Brasil.

Os negociadores brasileiros falavam apenas com um representante do bloco. Os 13 - o chamado Clube de Paris - apresentavam de modo unitário suas condições. Enquanto debatiam em sala fechada, os brasileiros esperavam - alguns dormindo pelos sofás, pois o estranho confronto se estendia das sete, oito da manhã, às duas, três da madrugada.

No final da noite do último dia 26 de fevereiro, o Brasil cedeu mais e assinou o acordo. Por ele (veja os artigos da página 10), compromete-se a pagar 21,5 bilhões de dólares em condições extremamente difíceis; e, simultaneamente, reconhece como válidas todas as cobranças que os governos dos 13 fazem.

Uma das cobranças se refere a uma usina de nome esquitito: Candiota 3, em Bagé, Rio Grande do Sul.

17 DE DEZEMBRO DE 1991

Porto Alegre, Palácio Piratini. O governador está recebendo uma comitiva de professores. Mas Alceu Collares está animado por outras razões. Explica: nas negociações que estão em curso, entre o Brasil e o Clube de Paris, sobre a nossa dívida com os bancos oficiais das grandes nações credoras, o governo brasileiro foi

intimado pelos franceses a reconhecer e federalizar a dívida da CEEE - Companhia Estadual de Energia Elétrica do Estado -, pela compra de Candiota 3, na França.

A estatal de eletricidade gaúcha entrou em crise financeira profunda pouco depois que negociou essa termoelétrica em 1981. Somando os empréstimos que fez para ir rolando compromissos nesses dez anos passados, a CEEE deve hoje mais de 2 bilhões de dólares. Com a federalização de Candiota 3, uma parte da dívida - uma parte grande, estima o governador - desaparece.

O governador não disse aos professores, mas teria outro motivo para estar satisfeito. Com a federalização ele se livraria também de um problema interno, incômodo: um núcleo de oposição ao negócio já lhe propusera, em documento escrito, a anulação dos contratos da usina. Tinha dois argumentos perturbadores: 1) a despeito de centenas de milhões de dólares já pagos por ela, a usina ainda não saiu da França. O negócio, portanto, de um ponto de vista jurídico rigoroso, ainda não existe - a mercadoria não foi entregue, está em caixas lacradas em meia dúzia de portos; não se sabe, sequer, que parte dos equipamentos está imprestável, enferrujada; 2) Os contratos de 1981 foram firmados dentro do propósito explícito de transferir tecnologia para o Brasil, mas, na realidade, visavam apenas obter recursos para jogar no buraco da rolagem da dívida externa brasileira; é claro, portanto, que

houve um desvio nos objetivos dos contratos.

Quem lucra com essa insistência de cumprir os contratos, sem a mínima discussão judicial de seus itens aberrantes? - era a questão incômoda que o governador teria de responder aos seus críticos internos.

1991, SEGUNDO TRIMESTRE

As reuniões - e foram muitas - tinham uma certa dinâmica, digamos assim. Começavam na sala oficial da Secretaria de Minas e Energia, nas dependências do Centro Administrativo do Estado, em Porto Alegre, na marginal que corre à beira do lendário Guaíba.

Das conversas na grande mesa de dois por seis metros, sob os olhares dos retratos dos gaúchos notáveis que cuidaram da energia do Rio Grande em tempos passados - como Bernardo Geisel, Wilson Vargas -, elas se estendiam de modo mais íntimo, pelos restaurantes da cidade. Restaurantes franceses, é claro, pois se tratava de um negócio feito há dez anos em Paris. Das reuniões participaram inicialmente o secretário de Planejamento e o das Minas e Energia do Rio Grande, o então presidente da CEEE, Ademar Blum, e o representante da parte francesa, Artur Teixeira, que ia especialmente de São Paulo, onde tem uma firma, a Epcint.

Teixeira era ainda o grande articulador dos interesses privados na proposta de construir Candiota 3 em Bagé, a despeito de todos os problemas ocorridos.



Collares fez jogo de cena, mas demitiu Blum.

Empreiteiras estavam interessadas: havia obras de engenharia civil a executar. A indústria eletro-eletrônica instalada no Brasil também: a usina seria complementada com equipamentos nacionais. Os banqueiros tinham interesses também, é óbvio: para tudo isso seriam necessários novos financiamentos. Blum representava, de certo modo, a oposição a todos esses planos - esse é que era o problema.

Com 42 anos, engenheiro gaúcho há muitos anos na Petrobrás, Blum chegara à pre-



Blum (de terno escuro) incomoda

sidência da CEEE por sua militância na oposição nacionalista e por seus conhecimentos técnicos. Na Petrobrás, foi um dos que ajudou a desenvolver uma tecnologia nova para a queima do carvão. É a tecnologia do chamado leito fluidizado, que muitos consideram a pedra de toque para

que as enormes reservas de carvão do Rio Grande do Sul - das maiores do mundo - tenham um aproveitamento mais avançado. Nas tecnologias mais antigas, como a da usina francesa em litígio, o carvão moído é queimado para aquecer e vaporizar água. O vapor em seguida se ex-



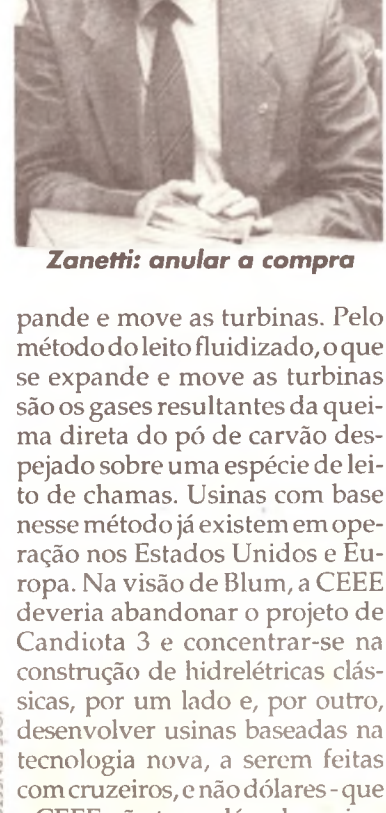
Brizola: esquerda em 1963

um processo de transferência de tecnologia para o Brasil. Asseguram "parte crescente das empresas brasileiras no engineering dos projetos" e comprometem o governo francês a estabelecer "procedimentos adequados ao acompanhamento periódico da execução dos programas e projetos".

No entanto, os mesmos contratos estabeleceram cláusulas para garantir que os pagamentos tivessem de ser feitos independentemente da vinda dos equipamentos para o Brasil. Estabeleceram ainda remuneração para os fornecedores no caso de os equipamentos terem de ficar armazenados na França - como, aliás, ficaram.

Os governos que garantiram esses contratos pressionam o Brasil a considerá-los válidos, a despeito de tudo. E usam, até hoje, todos os meios de persuasão para convencer qualquer governo novo que se instala no Brasil de que é um absurdo tentar a revisão jurídica desses contratos. "São contratos ainda considerados sacrossantos por muitos. Ao longo de todos os dez anos que se passaram desde a sua assinatura, as dezenas de advogados da CEEE e do estado não moveram uma única ação, mesmo que defensiva, mesmo que de detalhe, em defesa do patrimônio do povo gaúcho lesado por esses papéis", diz o documento entregue a Collares.

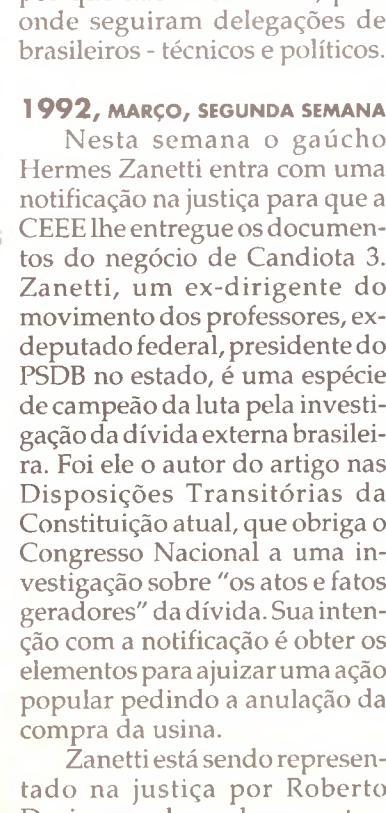
A CEEE, no entanto, sabe que os contratos podem deixar de ser sacrossantos, se há disposição política de mexer neles. Quando Brizola encampou a Bond & Share em 1963, a justiça gaúcha estipulou o preço da companhia em 1 cruzeiro (considerou que ela já tinha revertido totalmente o patrimônio público e o pagamento era simbólico). Em 1967, quando os militares reestruturaram a dívida externa brasileira da época de Jango, foi feito um acordo para o Brasil... compensar os capitais estrangeiros por aquela expropriação. E a CEEE assumiu, por um contrato já liquidado em juízo, uma dívida de 9 milhões de dólares...



Zanetti: anular a compra

Zanetti está sendo representado na justiça por Roberto Davis, um advogado que se tornou famoso por ter dirigido a batalha jurídica da CentralSul - a central de cooperativas de agricultores gaúchos -, que anulou nos tribunais uma dívida de 22 milhões de dólares com o Bank of America (BoFA). Com eles está também Fábio Gomes, o professor de direito e advogado que montou a fundamentação teórica da ação contra o BoFA.

Os três - Zanetti, Davis e Gomes - fizeram parte de uma comissão nomeada por Collares para investigar a dívida da CEEE. A comissão trabalhou com Blum, nesse objetivo, no segundo semestre do ano passado.



1992, MARÇO, SEGUNDA SEMANA

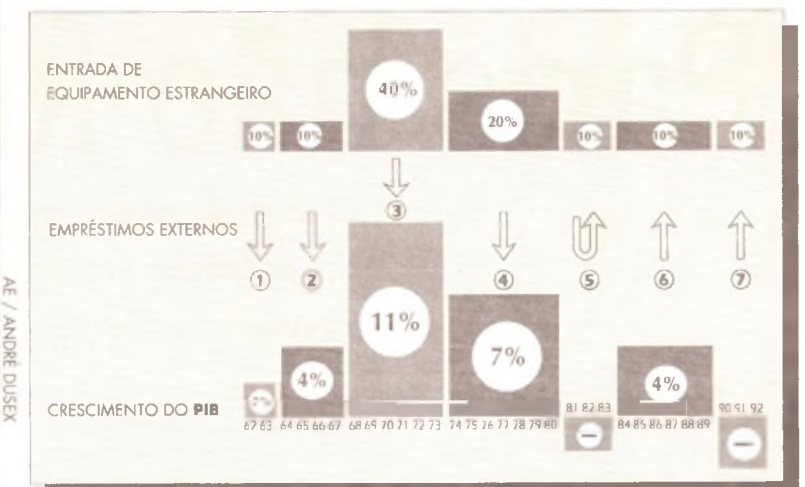
Nesta semana o gaúcho Hermes Zanetti entra com uma notificação na justiça para que a CEEE lhe entregue os documentos do negócio de Candiota 3. Zanetti, um ex-dirigente do movimento dos professores, ex-deputado federal, presidente do PSDB no estado, é uma espécie de campeão da luta pela investigação da dívida externa brasileira. Foi ele o autor do artigo nas Disposições Transitórias da Constituição atual, que obriga o Congresso Nacional a uma investigação sobre "os atos e fatos geradores" da dívida. Sua intenção com a notificação é obter os elementos para ajuizar uma ação popular pedindo a anulação da compra da usina.

Zanetti continua investigando o negócio. Descobriu que a Alsthom recebeu por trabalhos realizados em Bagé, no local onde a usina seria instalada. Só que no local, o alto de um morro a 7 km da usina de Candiota 2, já existente - onde obras de terraplenagem, uns marcos fincados no chão e alguns galpões esperam há anos equipamentos que nunca vieram -, a Alsthom jamais deu sinais de vida, ao que se sabe.

A contabilidade da CEEE registra dois milhões de dólares pagos à Alsthom pelas tais obras no local. Que são dois milhões de dólares, numa dívida de 2 bilhões? Detalhes, devem dizer os que defendem o negócio.

RAIMUNDO RODRIGUES PEREIRA

A DÍVIDA DA CEEE E A HISTÓRIA



O gráfico situa a história de Candiota 3 no quadro mais amplo do desenvolvimento brasileiro recente e das relações do país com os capitais estrangeiros. Na parte de cima estão as entradas de capital efetivo - o percentagem de equipamento estrangeiro novo em operação na indústria brasileira a cada ano. Na parte de baixo está o crescimento do PIB em cada período, começando antes do golpe de 64 - com a recessão de 1962/63 - e passando pela etapa de consolidação do regime militar, de 64 a 67. As setas do meio com numeração indicam características básicas dos empréstimos externos, em cada etapa:

- Em 1963 é encampada a Bond & Share; sob pressão nacionalista o país inclina-se para a esquerda e para o confronto com os credores internacionais.
- Em 1967, após o golpe, o Brasil indeniza os credores pela encampação da Bond & Share; reverte sua política, passa a cortejar os empréstimos de fora.
- Como se vê, é nos anos do chamado "milagre econômico", de 1968 a 1973, que se dá a grande entrada de capital estrangeiro no país: na chamada formação bruta do capital fixo (FBCF) das empresas, a relação entre equipamento estrangeiro e nacional é de 40% nesse período. O extraordinário desenvolvimento do país - 11% ao ano em média de crescimento do PIB - se dá, basicamente, sob o impulso dos grandes investimentos estrangeiros na indústria automobilística e de bens de consumo duráveis, com a vinda de empréstimos externos para o setor privado.
- De 74 a 80 os estados brasileiros começam a assumir a dívida externa contraída antes pelo setor privado. Como o país não tem dólares para pagar os compromissos que estão vencendo, os estados vão buscar esses dólares fazendo grandes projetos que, ao mesmo tempo, tentam manter o ritmo do crescimento. Este caiu no entanto para a média de 7%. A participação do capital estrangeiro efetivo - na forma de equipamento - é menor: 20%. Grandes obras ainda são feitas, no entanto: Itaipu, Angra 1, Candiota 2, por exemplo.
- Com a recessão de 81 e 83 os estados brasileiros tentam ajustar o seu papel. Os projetos que são feitos - como os 7 de Paris, entre os quais se incluem Candiota 3 e Balbina, ou os de Angra 2 e 3 - são, independentemente de intenções, farsas, manobras para pegar dinheiro para rolar a dívida; os dólares desses acordos saem dos bancos para os bancos; os equipamentos não chegam ao Brasil; a participação do equipamento estrangeiro na FBCF cai para seus níveis históricos - 10%.
- e 7) Daí em diante trata-se de pagar a dívida. Não há mais disfarces, projetos. A não ser a pretensão continuada dos grandes credores e de seus auxiliares no Brasil em considerar sacrossantos todos os projetos anteriores... (RRP).

No dia 30 de janeiro deste ano, a pretexto de um clamor público contra a alta nas contas de luz da CEEE - que estão sendo reajustadas bem acima da inflação exatamente por imposição do FMI -, Collares demitiu Blum. Pouco antes, Zanetti também saiu do governo (era um dos diretores do Badesul). Desentendeu-se com Collares em outra área, a da Educação, onde a mulher de Collares, que é a secretária, resolveu revogar a eleição direta dos dirigentes das escolas do estado.

No início de fevereiro, o grupo de oposição ao acordo passou a incluir também Tarso Genro, vice-prefeito da cidade e Flávio Koutzii e Marcos Rolim, deputados estaduais do PT.

O ROLO DE PARIS

COMO O RIO GRANDE CAIU NA ARMADILHA DA DÍVIDA

"As maracutaia nos contratos da dívida externa brasileira têm uma lógica", diz o advogado Roberto Davis, "que não deve ser procurada, em primeiro lugar, nas ambições de ganho pessoal e na corrupção desta ou daquela pessoa". A prova? Ele rememora o caso da CentralSul, então dirigida por Ari Dalmonin, contra o Bank of America (BoFA). "Dalmonin tornou-se sinônimo de corrupção aqui no Rio Grande", diz Davis. "Na realidade, ele foi peça numa engrenagem bem maior. Veja: por que ele abre uma conta clandestina no BoFA em Houston, em maio de 1980? Porque esse período, que se estende até o setembro negro de 1982, quando entram em colapso as contas externas do Brasil, é o período em que o governo militar está incentivando todos os truques, todas as maracutaia para se pegar dinheiro no exterior. Sem dólares para pagar a dívida, a solução é inventar fórmulas de pegar dólares lá fora para empurrá-la com a barriga. No caso da CentralSul, foram os empréstimos de curto prazo, com base na antecipação do dinheiro de exportações. No caso das estatais, se buscava dinheiro de longo prazo e para isso se inventaram grandes projetos. À CEEE coube inventar Candiota 3".

"Vá procurar nos jornais da época e você encontrará - certamente, e pelo Brasil afóra - notícias como esta", diz Davis, mostrando um recorte do Correio do Povo, de 1º de fevereiro de 1980, do seu pacote de documentos sobre a CEEE.

"Urgência para os projetos sobre pesquisa de carvão" - é o título da notícia. Ela dá conta de uma reunião do então governador do Rio Grande, Otávio Germano, com representante da Secretaria do Planejamento da Presidência da República, para tratar de "ampliação dos projetos de pesquisa para o uso do carvão do estado". Buscava-se, dizia a nota, "novas alternativas na obtenção de recursos financeiros, principalmente com o apoio de órgãos federais". Era uma espécie de convite do governo Figueiredo para o Rio Grande inventar Candiota 3.

MARACUTAIA. No documento que a comissão formada por Zanetti, Davis e Gomes entregou ao governador Collares, a história de como o Rio Grande caiu no rolo da dívida externa brasileira é contada em detalhes. A dívida da CEEE com Candiota 3 faz parte de um pacote maior, definido em dois documentos assinados pelo governo brasileiro quando o general-presidente Figueiredo foi a Paris no início de 1981: um memorando de entendimento com os bancos e um protocolo financeiro com o governo francês.

O Brasil vivia a crise de seus pagamentos no exterior. Lá fora, o mundo também ia mal, as companhias fabricantes de equipamentos viviam momentos difíceis - o conjunto das grandes economias capitalistas entrara em recessão profunda. O que fazer?

Paris não foi uma festa

O Brasil pediu pouco aos bancos estatais credores e saiu da renegociação prometendo muito

Esta vez, nem o presidente Collor conseguiu demonstrar muito otimismo. Indagado em 29 de fevereiro a respeito dos compromissos que o Brasil firmou ao reescalonar seus débitos com o Clube de Paris, ele se limitou à constatação: "fizemos o acordo possível".

Encerradas dois dias antes, na capital francesa, as negociações haviam envolvido aproximadamente a sexta parte do total da dívida externa brasileira: 21,5 bilhões de dólares, devidos aos governos e bancos oficiais dos países ricos, que se articulam em torno do Clube. A própria proposta inicial, levada a Paris pela delegação enviada pelo governo Collor, era tímida.

Embora países como a Polônia ou o Egito tenham obtido em seus entendimentos com os mesmos interlocutores redução de 50% da dívida acumulada, o Brasil pedia apenas uma prorrogação dos prazos de vencimento de parte dos débitos. A falta de ousadia era o primeiro sinal de dificuldades à vista. Nas negociações com os banqueiros oficiais, os fatores políticos têm papel relevante, e é evidente que os credores não vêem o Brasil com simpatia semelhante à que reservam a poloneses - que voltaram ao capitalismo - ou egípcios - que ajudaram a viabilizar a ação das potências ocidentais na guerra contra o Iraque.

RECUOS. As negociações começaram no dia 24 e esperava-se

que estivessem concluídas em 48 horas. Ao longo dos debates, contudo, as dificuldades foram se multiplicando. Em determinado momento, o ministro Marcílio Moreira, que permaneceu no Brasil, chegou a admitir, perante o Conselho Monetário Nacional (CMN), que os entendimentos poderiam ser suspensos, "talvez por uma semana". Só não o foram porque o próprio Marcílio orientou o presidente do Banco Central, Francisco Gros, que chefiava a equipe de dez negociadores brasileiros, a fazer dois recuos seguidos em relação a sua proposta original.

O governo brasileiro, que pedira o reescalonamento (adiamento do prazo para pagar) de 14 bilhões de dólares, acabou deixando por 11. Os 18 a 21 anos solicitados para amortizar a dívida renegociada ficaram por 14. O mais importante, porém, era o total a ser desembolsado de agora até agosto de 93, segundo admitiu o próprio Marcílio durante a reunião do CMN. "Nós precisamos realmente de uma folga, não podemos sobrecarregar estes anos", disse ele, acrescentando que o período é decisivo para o sucesso da "virada" econômica pretendida pelos liberais através de seu programa de ajustes. Em Paris, no entanto, o presidente do Banco Central, que havia proposto pagar 3,2 bilhões de dólares nos próximos 18 meses, acabou cedendo às pressões dos credores, que exigiram US\$ 4,1 bilhões.

"Se na negociação feita

entre governos o volume de recursos a serem desembolsados pelo Brasil já supera a capacidade de pagamento, imagine como será a renegociação dos 59 bilhões de dólares com os bancos comerciais", alertou alguns dias depois o economista Arno Meyer, que fez parte da equipe que tratava da dívida externa na gestão do ex-ministro Dilson Funaro. Ele procurava chamar atenção para o fato do reescalonamento dos débitos com o Clube de Paris representar apenas parte dos problemas relacionados com a dívida.

ALEGRIA DELES. Por ter percebido que a normalização completa das relações com os credores é algo indispensável para o sucesso de suas reformas conservadoras, o governo Collor parece decidido, desde a indicação do ministro Marcílio, a concretizar, mesmo que a custo elevadíssimo, a renegociação da dívida e a retomada dos pagamentos. O movimento compreende três etapas. A primeira foi vencida no final do ano passado, com o envio de uma carta de intenções ao FMI e a posterior assinatura de um acordo, que compromete de forma dramática os investimentos estatais e a retomada do desenvolvimento, por pelo menos dois anos.

Vencida agora, com o compromisso firmado com o Clube de Paris, a segunda fase, resta ainda fazer um acordo com os bancos particulares, tradicionalmente ainda menos sensíveis aos problemas políticos e sociais de seus devedores. O ministro Marcílio encarregou-se pessoalmente de iniciar as conversações. Em 5 de março ele ofereceu um banquete, no Hotel Intercontinental de Nova York, aos sete maiores credores privados da dívida brasileira, para sinalizar o reinício do diálogo entre as partes. Ao final do encontro, William Rhodes, do Citibank, que lidera o comitê dos banqueiros, não escondeu sua alegria. "O ministro nos disse que o Brasil está ansioso para chegar a um acordo. Agora é por mãos à obra", comemorou ele ao conversar com os jornalistas.

ANTONIO MARTINS

PT QUER ATIVAR O LEGISLATIVO

A criação do Bloco de Centro-Esquerda, aprovada pela bancada do PT na terça-feira 10, é o fato novo na Câmara neste mês de março e pode vir a balançar as estruturas do Congresso num ano de perspectivas desanimadoras do ponto de vista parlamentar. A formalização do Bloco - que incluiria, além do PT, o PSDB, PSB, PCdoB e o PPS (antigo PCB) - depende da adesão dos demais partidos e deve ser formalizada até o dia 17 de março, quando termina o prazo para a constituição dos blocos. Se concretizado, o Bloco de Centro-Esquerda passa a ser a maior força política da Câmara, individualmente, com 140 deputados, e pode influenciar fortemente a pauta de votações da Casa, colocando na ordem do dia a agenda da crise, relegada ao esquecimento.

Edese esperano o bombardeamento do Bloco, tanto do lado governista quanto do centro gelatinoso em que se encastela o PMDB, até agora a força majoritária no campo dito de oposição. Como bloco majoritário, a centro-esquerda passaria a influir diretamente na composição das Comissões de Constituição e Justiça, Orçamento e Finanças, as mais importantes do Congresso. Passaria a ter o direito, inclusive, de indicar seus presidentes.

Fora dessa hipótese, não há perspectivas de que o Congresso se mexa neste ano peculiar: além das eleições, tem a Eco-92 e as convenções partidárias para a escolha de candidatos às eleições municipais em junho. Com o mês de março na segunda metade, o Parlamento já perdeu 60 dias em discussões estereis, onde a crise econômica e social passam ao largo.

Em síntese, neste semestre, o Congresso terá de oito a dez semanas para esvaziar sua pauta de votações. O segundo semestre não existirá, em função das eleições.

A disputa pelas comissões afeta a velocidade da pauta e é acirrada pela divergência de interesses em torno das prioridades entre o governo e as oposições. O PMDB faz jogo duplo. Agora, condiciona a votação da criação da Secretaria de Governo à colocação em pauta do decreto legislativo que derruba o Decreto Lei 430, que suspendeu o pagamento dos 147% dos aposentados. No entanto, somou para a aprovação do regime de urgência-urgentíssima do projeto que cria a Secretaria. Este acordo faz parte da recondução de Genebaldo à liderança.

De seu lado, o governo também faz cena, ao pedir a aprovação do Emendão neste primeiro semestre. Na verdade, interessa ao governo a aprovação de quatro projetos, no afogadilho e sem discussão: Sistema Financeiro, Propriedade Industrial (Lei das Patentes), Sistema Previdenciário e Portos. As prioridades das oposições incluem o projeto de reformulação da Previdência, mas sob outro enfoque. E mais: Lei de Diretrizes e Bases, Grandes Fortunas, Participação dos Trabalhadores nos Lucros das Empresas, Reforma Agrária, Renda Mínima, Fundo Nacional de Moradia Popular e Política Salarial.

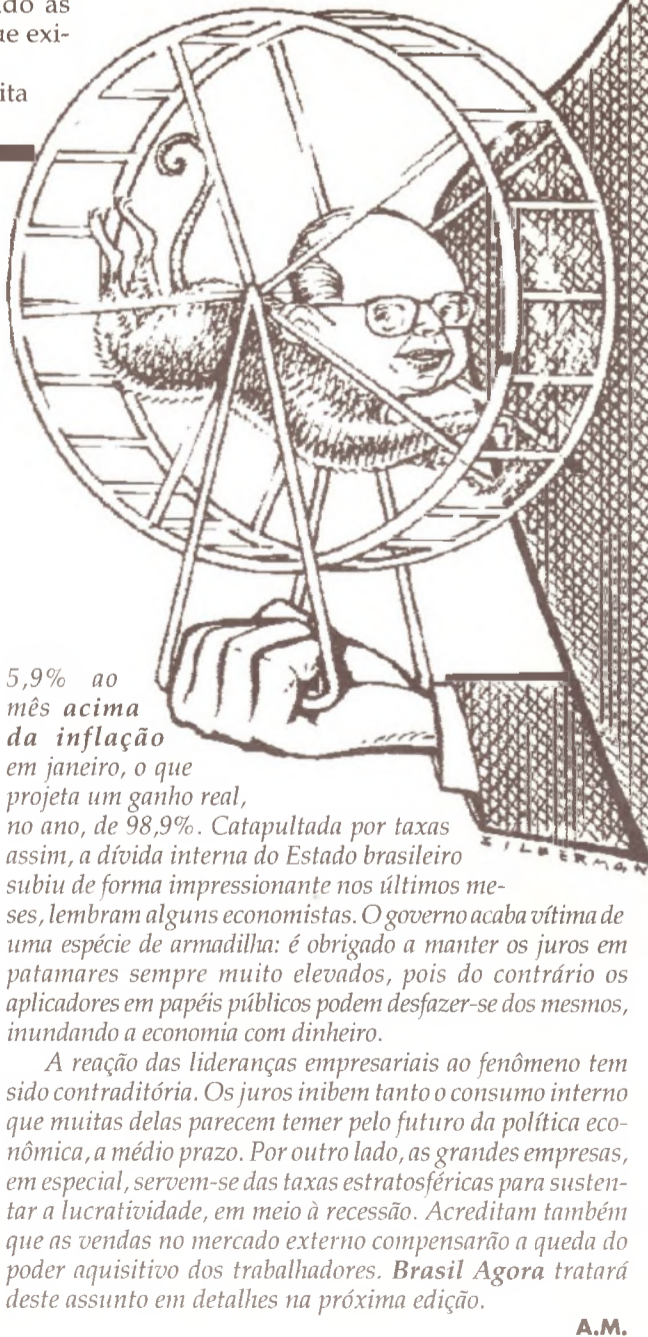
NILMÁRIO MIRANDA (PT-MG)

A BUSCA DE CAPITAIS EXTERNOS

Os compromissos comprometedores firmados no exterior não têm sido suficientes para quebrar o ânimo do governo Collor e das classes dominantes. "Antes um mau acordo que uma boa demanda", disse o governador de São Paulo, Luiz A. Fleury, ao comentar o acerto com o Clube de Paris. Os conservadores têm somado a esse argumento um outro, de natureza estatística. Eles alardeiam que a balança comercial registrou um superávit impressionante em fevereiro (2,4 bilhões de dólares), e deverá ampliar a marca este mês. Mostram que a entrada maciça de dólares gerados pelas exportações levou as reservas em dólares do país ao recorde histórico de US\$ 11,5 bilhões, também em fevereiro. Concluem que não há, portanto, risco de as remessas de juros ao exterior, ampliadas com a retomada progressiva do pagamento da dívida, comprometerem o desempenho da economia.

Ao debater com Marcílio no Congresso, em 27/2, o senador Eduardo Suplicy torpedeou em pelo menos dois pontos as bases em que se sustenta este raciocínio. Suplicy demonstrou em primeiro lugar que já no ano passado, antes de acertar-se com o FMI e o Clube de Paris, o Brasil remeteu aos credores 10,99 bilhões de dólares, soma que equivale ao dobro da verificada no ano anterior e quase iguala as registradas no período pré-moratória. Advertiu que uma das formas empregadas pelo governo para compensar as remessas tem sido estimular as grandes empresas a captarem dinheiro no exterior lançando debêntures. Ocorre, explicou, que esses títulos estão sendo colocados por prazos curtos - um ano, em geral - e implicando no pagamento de juros que segundo o senador atingem duas a três vezes as taxas pagas normalmente nos mercados internacionais.

ARMADILHA. A luta desesperada por dinheiro no exterior traz ainda outros problemas, apontou Suplicy. Para estimular a atração de capital de fora, o governo tem promovido uma alta brutal das taxas de juros internas. Elas subiram para



5,9% ao mês acima da inflação em janeiro, o que projeta um ganho real, no ano, de 98,9%. Catapultada por taxas assim, a dívida interna do Estado brasileiro subiu de forma impressionante nos últimos meses, lembram alguns economistas. O governo acaba vítima de uma espécie de armadilha: é obrigado a manter os juros em patamares sempre muito elevados, pois do contrário os aplicadores em papéis públicos podem desfazer-se dos mesmos, inundando a economia com dinheiro.

A reação das lideranças empresariais ao fenômeno tem sido contraditória. Os juros inibem tanto o consumo interno que muitas delas parecem temer pelo futuro da política econômica, a médio prazo. Por outro lado, as grandes empresas, em especial, servem-se das taxas estratosféricas para sustentar a lucratividade, em meio à recessão. Acreditam também que as vendas no mercado externo compensarão a queda do poder aquisitivo dos trabalhadores. Brasil Agora tratará deste assunto em detalhes na próxima edição.

A.M.

O inferno feito de água

Ataques de insetos e doenças são os "benefícios" da Usina de Tucuruí para a população

Entre os problemas que afligem a população da Amazônia, incluem-se as grandes barragens feitas para atender interesses alheios e sem qualquer cuidado para preservar a ecologia e a vida dos moradores da região. Nesta reportagem - segunda de uma série - **Brasil Agora** mostra alguns dos estragos causados pela inundação da floresta no lago de Tucuruí.

A partir de 7 de setembro de 1984, quando foi fechado o rio Tocantins para enchimento do lago da hidrelétrica de Tucuruí, no estado do Pará, teve início um intenso debate na Amazônia, acerca dos efeitos da construção de uma imensa barragem numa região tropical. Técnicos, pesquisadores, jornalistas e moradores do Baixo-Tocantins manifestaram apreensão com o futuro, enquanto os tecnocratas da Eletronorte, uma subsidiária da Eletrobrás, incineravam o debate com argumentos de que não havia motivos para preocupação.

Mais ou menos por essa época surgiu a música "Toca Tocantins", de autoria dos compositores paraenses Nilton Chaves e Jamil Damous.

Passados mais de sete anos, já não há mais dúvidas de que o "temor provinciano" dos estudiosos paraenses tinha sua razão de ser. "Nunca fui ao inferno, mas acredito que a região mais próxima do lago, conhecida como área da muriçoca, deva ser até pior". A declaração é do atual prefeito de Tucuruí, José Navegantes. Na "área da muriçoca" vivem cerca de 1.500 famílias que estão sujeitas a até 100 picadas de mosquitos por hora, em consequência da proliferação de pragas no lago da hidrelétrica. Na jusante do lago o peixe diminuiu (algumas espécies estão desaparecendo) e a água ficou imprópria para o consumo. Aumentam as doenças diarreicas e da pele.

FLORESTA AFOGADA. O lago da hidrelétrica de Tucuruí afogou cerca de 3 bilhões de metros cúbicos de árvores, numa extensão de 2.430 km², envolvendo os municípios

de Ituporanga, Jacundá e Tucuruá. A massa vegetal submersa libera gás sulfídrico e metano; os moradores das margens do lago são obrigados a acender fogueiras na porta das casas para tentar afastar as pragas de mosquitos, que a partir do final da tarde e início da noite surgem em ondas. Mesmo durante o dia é quase impossível viver nas glebas 43, 45 e Tucuruí-Paracanã, e nos loteamentos Arraia e Santa Rosa. Muita gente está abandonando suas terras por falta de condições para viver e trabalhar. Os moradores são atacados por mosquitos e moscas hematófagas como a **muriçoca** (*Mansonia titilians*) e **mutucas**, vulgarmente chamadas de "Cabo Verde" (*Lepiselaga graseipe*). As mutucas provocam reação alérgica na pele, chegando a formar feridas.

A extensa área do lago coberta por vegetação aquática, predominantemente aguapé (*Salvinia auriculata*) e (*Pistia stratiorts*), serve de criadouro para mosquitos e moscas. Para se ter uma idéia do volume das pragas, durante uma pesquisa realizada por três técnicos da extinta Sucan (hoje Fundação Nacional de Saúde), em seis dias foram capturados 12.350 mosquitos. A Malária e a Leishmaniose, que já eram de grande incidência na região do Baixo-Tocantins, tiveram um grande

COMO SE FAZ UM PÉSSIMO NEGÓCIO

A Usina de Tucuruí foi construída para fornecer energia elétrica à Albrás, uma associação da Companhia Vale do Rio Doce com um conglomerado de empresas japonesas.

Assim, além de inundar uma grande área sem sequer tirar a madeira de lei que existia ali (e que, apodrecida sob as águas, provoca problemas ecológicos e doenças), o Brasil aumentou sua dívida externa, pois usou o dinheiro emprestado para construir Tucuruí, para depois retirar nossos recursos minerais e entregar a preço mínimo aos japoneses, que depois nos revendem a preços altos. A própria energia que usam é paga pelos brasileiros, pois é subsidiada.

Uma das poucas utilidades reais da barragem seria a construção de duas eclusas que faziam parte do projeto e que permitiriam a navegação permanente do Rio Tocantins, interligando-o ao Araguaia. A hidrovia deveria transportar 200 milhões de toneladas de carga, segundo cálculos iniciais. Mas nem para isso serviu: o então presidente Sarney preferiu dar início à Ferrovia Norte-Sul, paralela ao que seria a Hidrovia Araguaia-Tocantins, deixando de lado essas obras.



A população não agüenta mais os mosquitos (acima), como as moscas hematófagas que provocam feridas como a da criança...

aumento a partir do surgimento do lago, e mais ainda depois da demissão de 442 servidores da Fundação Nacional de Saúde, logo após a reforma administrativa do Governo Collor de Mello.

O MAPARÁ SUMIU. Para quem vive a jusante da barragem, a vida se modificou bastante. São frequentes os casos de doenças,

"Por que vão te matar, por que te transformar em águas assassinas e nelas afogar a vida?"

("Toca Tocantins")

o peixe está diminuindo, algumas espécies desaparecendo e as árvores das várzeas estão morrendo. Preocupada com esse cenário de aflição e morte, a deputada Aida Maria Farias, integrante da bancada estadual do PT no Pará, conseguiu a aprovação de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para estudar os efeitos das barragens na Amazônia. O relatório dessa CPI foi levado para Amsterdam (Holanda), onde se realizou, de 16 a 21 de fevereiro, o 2º Tribunal Internacional da Água, evento do qual Aida Maria participou como convidada.

O relatório mostra que, além do gás sulfídrico e metano produzidos pela fitomassa, a situação ambiental se agrava ainda mais com a degradação de determinadas áreas inundadas pelo lago. A antiga sede do município de Jacundá e a localidade de Ipixuna fora inundadas, deixando submersas fossas, cemitérios etc, que ao longo dos últimos anos entraram em processo de decomposição.

A Comissão Parlamentar de Inquérito concluiu que a Eletronorte não gerencia a fauna aquática da área afetada. Os peixes, que sempre buscaram a montante do rio para sua reprodução, "com o bloqueamento pela barragem e também pela qualidade da água, fatalmente desaparecerão da região". O

Mapará - peixe que se constitui na refeição básica do povo de Cametá - está diminuindo. Estão desaparecendo também a Branquinha, Curimatã e a Jaguarana, peixes muito consumidos na região. Esses fatos desencadearam uma crise no abastecimento alimentar e na renda da população da região.

Pesquisadores do INPA (Instituto de Pesquisas da Amazônia) demonstraram que os sedimentos que o rio Tocantins traz, e que serviam de adubo natural aos solos das várzeas, ficam presos no fundo do lago. Em consequência disso houve uma enorme redução na produção de cacau e de açaí nas ilhas do Tocantins, que ficam abaixo da barragem. Essa situação já provocou a migração de pescadores e colatores de açaí e cacau para outras regiões. A CPI das barragens concluiu que cabem tanto ao Governo Federal como ao Governo Estadual a imediata implantação de um programa de recuperação do lago e a construção das eclusas de Tucuruí. Ai, quem sabe, o Tocantins possa tocar suas águas para o mar, deixando viver o açazeiro, a arara e o tamuatá, como diz a canção popular.

PAULO ROBERTO FERREIRA,
de Belém

CLÁUDIO SCHUSTER
de Florianópolis



RACHA EM FLORIANÓPOLIS

Em uma longa e tensa reunião, dia 27 de fevereiro, a Frente Popular rachou em Florianópolis. PDT, PSDB e PC do B insistiram em ouvir oficialmente do PMDB o que todo mundo já sabia: os peemedebistas não abrem mão da cabeça-de-chapa, com o nome do ex-prefeito Edison Andrino. O PT - que desde o início fazia objeções à presença do PMDB -, mais o PSB, PV, PPS e Movimento Socialista Revolucionário (MSR) queriam concluir de vez essa discussão, formalizar a Frente sem o PMDB e lançar a candidatura do deputado estadual Sérgio Grandó (PPS), segundo colocado nas eleições de 88 e um dos favoritos para este ano. O PT apresenta o nome do vereador Vitor Schmidt para compor a chapa majoritária.

Com a divisão, ocorreram literalmente duas reuniões paralelas. Na sede do PSDB permaneceram o PDT e o PC do B. Os demais partidos precisaram de poucos passos para chegarem à sede do Diretório Municipal do PT, na sala ao lado, parede com parede. Como Frente Popular, PT, PPS, PV e PSB lançaram, no dia seguinte, a candidatura de Sérgio Grandó. O PSDB atraiu o PDT e o PC do B para cima do muro, de onde avaliam para que lado pular: à direita, com o PMDB, ou à esquerda, com a Frente. Com essa postura, PSDB e PDT enfrentam dificuldades internas. O ex-senador Jaison Barreto ameaça se desfiliar do PSDB caso não feche com a Frente. Já o secretário-geral do PDT de Florianópolis, Jacir Zimmer, diz que seu grupo sofre pressões por querer "esquecer a discussão com o PMDB". Ele garante que a posição pró-Frente será vencedora.

ALVISSARAS. Criciúma, no Sul, tem tudo para ser a primeira grande cidade do estado a ser administrada pelo PT, admitem setores da direita. O candidato apresentado pelo partido, o deputado estadual Milton Mendes de Oliveira, deve ser mesmo o cabeça-de-chapa na Frente que ainda tem o PDT, PSB, PPS e PV. PSDB, PC do B e PC formam um "bloquinho" e discutem a possibilidade de compor a Frente. O PDT deve ficar com o cargo de vice.

Reformas sob ameaça



Em referendo onde só os brancos poderão votar, "pretoriastroika" é colocada na marca do pênalti.

A população branca da África do Sul tem um encontro marcado no dia 17 de março, nas urnas, com duas decisões fundamentais: a continuidade ou não da *pretoriastroika* (a reforma gradual do regime racista) e o futuro dos dois homens que dirigem a abertura, o presidente branco Frederik De Klerk e o líder nacionalista negro Nelson Mandela. A vitória do "sim" no referendo permitiria a manutenção do acordo Mandela/De Klerk, para a transição do *apartheid* rumo a um regime comandado pela maioria negra, onde a elite branca - porém - conservasse seus privilégios. O "não" selaria o retorno ao poder dos setores brancos avessos às negociações, colocando também Mandela em uma situação difícil junto às faixas de seu Congresso Nacional Africano (CNA), que se opõem ao gradualismo das mudanças.

No início, a *pretoriastroika* representava apenas a continui-

dade das tímidas reformas iniciadas pelo ex-presidente Pieter Botha. Mas a partir da metade de 1990, o sucessor de Botha, Frederik De Klerk (também do Partido Nacional), acelerou a dinâmica, libertando os presos políticos, o que incluía Mandela. Nos meses seguintes, foram modificadas ou eliminadas diversas leis que proibiam os negros de freqüentarem os mesmos locais de comércio e lazer, ou de residir na vizinhança dos brancos.

DISCURSO MODERADO. Nelson Mandela, em contrapartida, pediu à maioria negra paciência com o ritmo das reformas, moderou o antigo discurso estatizante do CNA e na prática abriu mão da luta armada. No ano passado, o governo e 19 grupos de oposição realizaram a "Conferência por uma África do Sul Democrática", que definiu um programa de transição, a desembocar em eleições livres em 1994, com os brancos conservando

muitos de seus privilégios econômicos. Essas primeiras reformas levaram os EUA, a Europa Ocidental e o Japão a suspender algumas das sanções econômicas contra a África do Sul, por exemplo voltando a importar ferro e aço do país.

É claro que existem divergências entre o CNA e o governo. Mandela não aceitou a idéia desse referendo em que os brancos têm poder de veto sobre as reformas. Mesmo assim, o líder do CNA pediu aos brancos que votem "sim" no plebiscito. "O CNA tem o dever de manter o presidente De Klerk no poder para facilitar a transição à democracia na África do Sul", disse Mandela. De Klerk prometeu renunciar caso seja derrotado, com a conseqüente ascensão ao poder do Partido Conservador, contrário às reformas e com apoio das facções brancas de extrema-direita, no estilo dos neonazistas do Movimento de Resistência Africãner.

PERSPECTIVA SOMBRIA. Além de um passo atrás na *pretoriastroika*, o sucesso do "não" representaria um profundo desgaste para Mandela. Ele vem sendo informalmente criticado por dirigentes negros que não concordam com sua promessa de limitar as estatizações, caso o CNA chegue ao poder. A derrota do "sim" também deve levar tanto o CNA como forças negras à sua esquerda (o Congresso Pan-Africanista) a retomar a luta armada, enfrentando na outra ponta um número cada vez maior de esquadrões da morte, articulados pela extrema-direita branca. De quebra, o fim do processo pode reacender a luta entre o CNA (onde a maioria pertence à etnia xhosa) e os zulus do movimento *Inkhata*, financiado durante anos pela minoria branca. A violência entre negros matou mais de 12 mil pessoas desde 1986.

JAYME BRENER

PIMENTA SEM REFRESCO

Ex-URSS. Quem continua acreditando que o fim da URSS vai trazer uma "nova ordem mundial de paz e democracia", é bom botar as barbas no vinagre. Dessa vez o perigo vem do Azerbaijão, ex-república soviética no Cáucaso. O presidente Ayaz Mutalibov foi demitido pelo Parlamento, sob acusação de ser "mole" com os armênios, no confronto pelo enclave de Nagorno-Karabakh.

DISPUTA. A maioria da população do enclave é armênia (cristã), mas a área foi entregue ao Azerbaijão (muçulmano) pelo *papushka* Stálin, nos anos 20. A disputa entre armênios e azeris por Nagorno-Karabakh já causou mais de 1.500 mortes em 1988.

NEGOCIAÇÕES. A demissão de Mutalibov mandou às favas as negociações de paz, abalando o prestígio dos mediadores: Boris Yeltsin e o governo do Irã. Em novembro, Yeltsin conseguiu um acordo em que a Armênia deixava de reivindicar Nagorno, em troca da autonomia a partir deste ano. Nenhum dos lados respeitou o trato e há um tiroteio de acusações de massacres, cometidos pelas duas partes, sem confirmação independente. Quem entrou em cena então foi o Irã, tentando a negociação (os azeris são xiitas). Sem resultado.

PAU PURO. Agora, a guerra deve chegar ao ponto máximo. O novo primeiro-ministro Hasan Hasanov, promete um gabinete lindhura. Lembrando que os azeris festejaram nas ruas o terremoto que matou milhares de armênios em 1989, a coisa não será brincadeira. O que resta do Exército retirou de Nagorno seu 336º regimento, posicionado entre os dois lados. E o conflito tende a transbordar as fronteiras da ex-URSS. Sabe-se que "guardas da revolução" iranianos treinam os azeris, enquanto mercenários cristãos maronitas estão na Armênia.

JAYME BRENER

HAITI

Dois pesos e duas medidas

Golpistas haitianos governam sem sanções como as impostas em Cuba

Enquanto a Casa Branca e aliados tentam estrangular com suas sanções econômicas os regimes de Cuba, Líbia ou Iraque, o Ocidente parece não "conseguir" fazer o mesmo com os gorilas militares que depuseram em setembro o presidente socialista (e eleito) do Haiti, padre Jean-Bertrand Aristide. As provisões para o regime militar do país mais pobre da América chegam tranquilamente em vãos noturnos, vindo sabe-se lá de onde.

A sobrevivência econômica dos golpistas dificulta as negociações que vêm sendo feitas, para o retorno de Aristide ao poder. O debate empaca porque o ditador de plantão, general Raoul Cedras, quer manter o controle sobre o exército e os *tontons-macoutes* (esquadrões da morte paramilitares), além de limitar o poder constitucional de Aristide.

Uma das "soluções" previstas é a instalação do parlamentarismo, que esvaziaria a autoridade de Aristide. O candidato mais cotado a primeiro-ministro é o líder do PC haitiano, René Theodore - vejam só -, um nome tido como "moderado" e aceito sem problemas pela camarilha militar.

A posição de Aristide também foi enfraquecida com a tentativa de golpe militar contra o presidente Carlos Andres Pérez, da Venezuela. Pérez apostara reforçar seu prestígio internacional consolidando uma imagem de defensor da democracia no Caribe. De fato, ele teve um papel importante na derrota dos ensaios de golpe em Trinidad-Tobago e no Suriname (1990). O presidente venezuelano vinha ainda exercendo pressões para a democratização do regime de Cuba. Todas essas iniciativas, é

claro, sofreram um sério retrocesso com a quartelada de fevereiro na Venezuela. E no Haiti, enquanto não se encontra uma alternativa para o impasse político, continua a repressão a sucessivas manifestações pró-Aristide, sempre com mortos e feridos.

(J.B.)

BALAIÓ DE GATOS

Os tambores de guerra estão tocando em outra ex-república soviética, a Moldávia. A maioria da população é de origem romena (latina), e o governo prometeu a unificação com a vizinha Romênia. Mas a minoria russa não aceita a medida, criou a república do Dniester e está se preparando para o combate. O exército ex-soviético já retirou suas tropas. Agora, quem sabe...

(J.B.)



O BAFO DO URSO

A primeira impressão que Boris Yeltsin deixou no ocidente foi a pior possível. Era quem debilitava com todas as suas forças o bem amado Gorbachev. Além disso, comportou-se como um "urso bêbado" - assim foi descrito pela imprensa norte-americana - em sua primeira viagem aos EUA, depois de entornar um litro de Jack Daniel's durante uma entrevista coletiva. Passou-se um tempo, durante o qual o ocidente teve de se acostumar ao fim da URSS e de Gorbachev. Foi necessário então recuperar a imagem de Yeltsin. O livro de John Morrison, *Boris Yeltsin - de Bolchevique a Democrata*, lançado mundialmente com grande pompa, serve a essa causa difícil, porque o personagem não facilita as coisas.

LUSCAR



Miami paradiso. Na segunda viagem aos EUA, Yeltsin se deixou embasbacar com coisas como Miami. Depois de um sobrevoo de helicóptero, afirmou, exultante: "Embora não tenha fé religiosa, eu às vezes sonho com o céu, e o que vi em Miami, de helicóptero ontem e hoje de carro, superou em muito qualquer visão do paraíso que pudesse ter tido em sonhos".

Para não perder seu errático momento de glória, a ex-primeira dama Raissa Gorbachev também perpetrou seu livrinho de memórias, sem perceber que ninguém se interessa pela primeira-dama de ontem. O título - *Minhas Esperanças* - já soa patético. Escrito ou ditado em abril de 1991, antes mesmo do golpe de agosto, soa vencido no tempo e sobretudo medíocre. A apologia do marido leva à pe... Até quando se encontra com Rajiv Gandhi e, como chovia, lhe parecia que era um indício de boa sorte para todos eles. Enfim, já não são tempos de Isaac Deutscher, Edward Carr, Maurice Dobb. Os personagens de hoje têm biografias à sua altura. A história da URSS já produziu melhores.

EMIR SADER

BORIS YELTSIN - DE BOLCHEVIQUE A DEMOCRATA, DE JOHN MORRISON. EDITORA OBJETIVA. 368 PÁGS. CR\$ 24.480,00.
MINHAS ESPERANÇAS, DE RAISSA GORBACHEV. EDITORA GLOBO. 200 PÁGS. PREÇO A DEFINIR.

SEBASTIÃO NERY,
RUTH ESCOBAR, IPOJUCA
PONTES E AGORA CLÁUDIO
HUMBERTO. É A CULTURA
BRASILEIRA TOMANDO O
MUNDO DE ASSALTO!



Os planos vêm de fora

Em relatórios confidenciais,
o Banco Mundial define rumos
para a educação no Brasil.

Desde o Relatório Atcon, de finada memória (na década de 60 serviu de preâmbulo para os controvertidos acordos MEC-USAID), que se sente um esforço concentrado para orientar a educação no Brasil no sentido de adequá-la a uma política de integração passiva e quieta na ordem econômica mundial. Os últimos anos só acentuaram os sinais dessa tendência, quando das batalhas constitucionais que se travaram e ainda se travam no país; e revelaram sua ampliação, pois atualmente o discurso conservador sobre educação, semelhante em praticamente todos os países da América do Sul, anuncia que se pensam estratégias em escala continental, e não mais apenas país a país.

Em todo caso, as especificidades destes pesam e exigem atenções especiais. Nessa direção vai o relatório que, em parte, ora tenho em mãos, do Banco Mundial, identificado pelo número 7723-BR, data: 28 de novembro de 1989. Deve-se dizer, a bem da verdade, que a apresentação do relatório - toda marcada por "Confidencial", "Para uso oficial apenas" e aviso de que o conteúdo não pode ser revelado sem autorização do Banco Mundial - é mais impressionante do que o seu conteúdo efetivo, mas assim mesmo este não deixa dúvidas de que existe, ou nem tanto, tentativa de monitoramento das idéias em curso sobre como enfrentar a crise educacional do país.

CONTER GASTOS. Esse relatório se refere especificamente à situação do ensino secundário e se anuncia como parte de um conjunto de quatro documentos: um sobre "Despesas públicas em Programas Sociais: problemas e opções"; um outro sobre o ensino de 1º grau, de 1986; e ainda um outro, anunciado para 1990, para o ensino superior.

Em suas descrições da crise educacional brasileira, o relatório parte de dados catastróficos, que hoje já são bastante divulgados: 40% das crianças terminam o ensino de 1º grau; 60% da força de trabalho brasileira não termina o 1º grau; em 1989 apenas 600 mil estudantes terminaram o 2º grau, numa população de 9 milhões de pessoas entre 16 e 18 anos. Sobre esses dados, que são públicos e notórios, paira um premissa que já define o espírito político que norteia a proposta de opções: "E, acima de tudo, numa época em que o Brasil não se pode permitir o luxo de utilizar maiores recursos em nenhum tipo de serviço público, o que se pode fazer para melhorar a qua-

xviii

MATRIX OF RECOMMENDED POLICY MEASURES

Objectives	Immediate Actions	Longer Term Actions
1. Improve the quality of state-level secondary education.	<p>introduce standardized student testing as a tool for measuring school (and school system) performance objectively</p> <p>delay payments to school system personnel on strike until strike is over</p> <p>strengthen basic curriculum by increasing hours of teaching of four core subjects (Portuguese, math, science, history)</p> <p>develop strong technical assistance roles at the state and federal levels</p>	<p>transform state technical schools into science and math magnet schools, reducing need for expensive equipment</p> <p>introduce incentives for school performance grade: link school head and directors' teachers' evaluations and bonus pay to school progress in meeting specified performance objectives</p> <p>increase school directors' management control over school personnel and school financial resources</p>
2. Strengthen the performance of private schools.	<p>include private schools in the administration of regular student achievement tests</p> <p>introduce regular private school accreditation reviews</p> <p>publish annual performance reports on all private schools</p>	<p>devolve state primary and secondary schools to the municipal level</p> <p>introduce directly-elected local school boards</p> <p>introduce incentive programs targeted to private schools serving low-income students, such as: i) a program of capital grants for new construction, renovation or expansion, or ii) a voucher system for students at</p>

Fac-simile do relatório do Banco Mundial

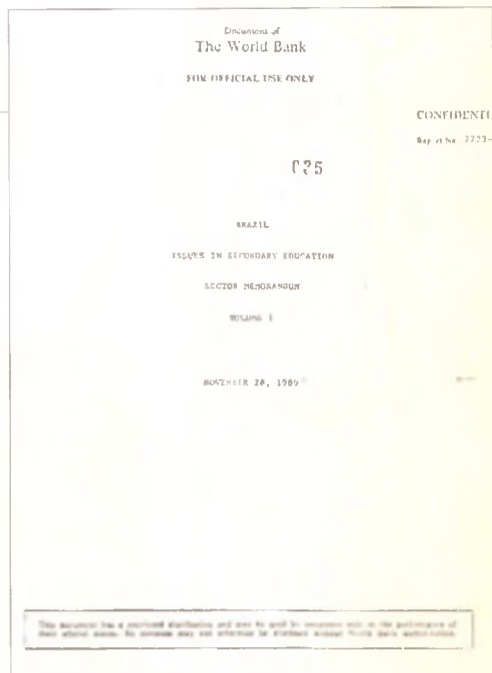
lidade das escolas públicas com os atuais recursos para a educação?" Daí segue-se uma coleção de idéias que hoje encontramos, muitas vezes, como moeda corrente nas discussões sobre educação no Brasil, algumas vezes nos discursos oficiais. Encontramos também idéias previstas para o ensino secundário que apareceram, no discurso oficial, como destinadas a outro setor. O problema maior, dentro da visão do relatório, está em que falta determinação a estados e municípios para enfrentar os problemas do ensino secundário; enquanto isso, o governo federal sustenta escolas técnicas de elite e o sistema Senai/Senac, que é caro e termina também sendo elitista.

Desse diagnóstico de base decorrem as sugestões apresentadas: municipalização do ensino de 1º e 2º graus, acompanhada da eleição direta de conselhos ou Comissões de Educação independentes para administrar grupos de escolas; ao mesmo tempo, aumentar o controle administrativo de diretores sobre o pessoal e os recursos financeiros. Dizendo que, se há problemas de baixos salários no sistema público, eles não podem ser responsabilizados pela baixa qualidade do setor, o relatório recomenda a suspensão do pagamento de salários para pessoal em greve no sistema escolar enquanto durar a greve e, por outro lado, a introdução de incentivos para melhorar o desempenho das escolas, ligando seu orçamento, a avaliação de professores e diretores e o pagamento de gratificação (bônus) ao pro-

gresso no cumprimento de metas de desempenho especificadas. Recomenda-se também uma avaliação constante das escolas particulares, o que se articula com o favorecimento mediante programas "modestos" de subvenção, para que essas escolas atendam populações de baixa renda.

O objetivo geral é aumentar a competitividade do setor particular em relação ao público, uma vez que aquele é reconhecido como dinâmico e mais eficiente do ponto de vista da relação recurso/aluno.

ENSINO PAGO. Quanto às escolas técnicas federais e Senais, as recomendações prevêm repartir os custos com os estudantes, mediante sistema de cobrança ou crédito; redução relativa dos gastos com equipamentos e sua manutenção, aumentando-se o currículo em ciências básicas e matemática; substituição do sistema de financiamento por imposto sobre as folhas de pagamento nas empresas por custos repartidos entre trabalhadores e empresários e que visem ao atendimento de necessidades específicas dos setores envolvidos. Ou seja, aponta-se na direção de transformar o sistema técnico federal numa espécie de pré-vestibular elitizado, e de diminuir o sistema de equipamentos disponíveis - reconhecidamente um dos pontos altos desse sistema, e cuja diminuição só pode se justificar dentro da política de congelar os gastos públicos como um todo, o que, em termos de educação, no Brasil, é um absurdo, deve-se dizer.



SEMELHANÇAS. Há muito ainda a explorar nesse relatório, principalmente no dever que se impõe, agora, de divulgação dos outros, cuja existência ele atesta.

Deve-se também reconhecer que o que ali consta não está sendo necessariamente aplicado ao pé da letra, embora algumas coincidências sejam interessantes, como a da opção, afinal manifesta, do governo Collor pelo não controle das taxas nas escolas particulares. Vez por outra, surpreende-se algo deslocado. Por exemplo, a recomendação de se introduzir o pagamento compartilhado pelo aluno nas escolas técnicas federais terminou aparecendo no ensino superior, sob aquela ridícula forma do "pagamento ou serviço civil obrigatório" do Emendão. Quanto à idéia de não se pagar o pessoal em greve, foi posta em prática pelo ministro Goldemberg ao assumir o MEC, embora ela tenha sido derrotada na justiça pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes - SN).

A idéia de introduzir e ligar avaliação, financiamento, remuneração e objetivos não deixa de estar presente, embora com alterações, no atual discurso do MEC sobre a questão do financiamento das universidades federais e nos ataques que vem fazendo ao princípio da isonomia salarial que, vale lembrar, num sistema de salários decente, poderia ser forte incentivo ao deslocamento de pessoal capacitado para regiões mais afastadas.

Deve-se assinalar também que, se há mesmo esse impulso de monitoramento de idéias, nem tudo o que daí vem é necessariamente ruim. Por exemplo, a idéia de eleição direta de conselhos escolares, com ampliação de seus poderes - o que, na prática, ocorre em muitas escolas. Entretanto, como sabemos, as idéias de eleições diretas sempre encontram muita resistência nas áreas oficiais, o que, é claro, resguarda a nossa soberania, graças à capacidade oficial de piorar infinitamente tudo aquilo que é do sistema capitalista internacional.

FLÁVIO AGUIAR

O Carnaval não morreu

Ele anda escondido nas esquinas e nos bares, espremido mas forte. E um dia pode explodir.

Nasci e cresci num bairro - não importa em que cidade - onde havia dois blocos, como se dizia então, de Carnaval: o Bloco da Girafa e o Canela de Zebu. O Bloco da Girafa era da rapaziada da rua e chamava-se assim porque na frente ia um deles com uma enorme máscara de girafa. Era só esse de máscara. Os outros vestiam camisa amarela e calça preta, as cores da cabeça da girafa. Tinha alguns pandeiros, um bumbo muito bom, as tarolas e tamborins de sempre. Nem cuíca havia. Eles abriam o Carnaval, na sexta-feira, no final da tarde. Eram blocos bem comportados.

À noite, no sábado, saía o outro, o Canela de Zebu. Vinha da rua de cima, era maior, e era o bloco da bandalheira. Vinha homem vestido de mulher, um estandarte branco sacolejando na frente, tinha diabo, cabeça de boi, uma bateria dos infernos e duas cabeças/máscaras enormes, de mulher, que soltavam fumaça pela boca. Invadiam a rua, ocupavam as calçadas, diziam graçolas e assustavam as crianças - entre as quais eu, que saía correndo para os fundos da casa, mas ficava ouvindo o bate-quebate do batuque.

PAÍS DE ESGANADOS. Daí havia o Carnaval no centro da cidade, que minha família, dentro daquele racismo médio e disfarçado que nos infesta a todos, dizia que era "da negrada", que a gente não devia ir lá. É claro que isto só aumentava o gosto de escapular e ir ver o que se passava. Passava por ali um país que eu não compreendia bem, mas adorava, coisa de índio com pena de espanador, muito barulho de atabaque, colar de contas de vidro, as serpentinas que a gente pegava pelo chão e o confete que o pai comprava. Ah!, e o lança-perfume que era melhor que o primeiro cigarro escondido. Os parentes mais abonados, que podiam viajar, traziam notícias distantes do Carnaval do Rio, comentando que aquilo era uma sem-vergonhice e coisa e tal, mas que era muito divertido. Assim que as mulheres se distraíam, o tom da conversa de homens e rapazes mudava, para contar as últimas anedotas que tinham aprendido pelos bailes.

Conforme se crescia, ia-se tomando conta do espaço Carnaval. Ir ao Rio dizer palavrão no meio da rua. Descobrir a surpresa do Carnaval em Florianópolis - onde era tão divertido que palavrão saía pelo rádio mesmo.

Recife e a correria do frevo, Salvador e o trio elétrico de longa data. Enfim, o Carnaval era um espaço onde se arranjava coisa para contar, antes ou depois da meia-noite, dependendo da companhia. Ir ver escola de samba no ensaio ou na Presidente Vargas mesmo era um feito, algo parecido com descobrir o Brasil.

OS GUARDAS DE TRÂNSITO. Aí veio a ditadura e começou a estragar tudo. Como estragou o futebol, por exemplo, só que ainda teve a Copa de 70, e o estrago maior veio depois. Mas o futebol deixou para outra vez. Chega um estrago por artigo. No Carnaval a ditadura botou, primeiro, guarda de trânsito em tudo. Mudou desfile pra cá, pra lá, disciplinou patrocínio, desfile, letra de música (crítica não pode) e largou a polícia em cima do povo para bater. Me lembro do Carnaval no Rio de 1969. A polícia ficava num canto das arquibancadas, bebendo uísque, e esperava o povo que ia entrando entre as arquibancadas e o espaço do desfile. Daí saíam da moita e baixavam o pau, para tirar a gente da avenida. O comandante não levava cassetete. Levava varinha, e gostava de bater nas pernas das moças. Consegui ver, entre uma pancadaria e outra, um pouco de bateria e samba, mas já não foi muito. De manhã eu e as moças estávamos cansados, mas de correr, não de gozar a vida. A

volta foi melancólica, com juras de nunca mais voltar.

E AÍ A TELEVISÃO. A ditadura institucionalizou completamente o Carnaval, e com a ajuda, além da censura e da polícia, da televisão. Pode-se perguntar, hoje, o que ficou institucionalizado. Em primeiro lugar, uma das maiores máquinas de limpar grana que este país já viu. É grana grossa de bicho e outros trechos que rola por aquele asfalto. Imagino - e não tenho nenhum dado estatístico ou documento para provar isto, mas não sou bobo - o que deve rolar de recibo junto com a grana e não deve ser moleza não. Depois, institucionalizou-se a nudez: pode nu assim, pode nu assado. Mas preserve-se o velho machismo: não me lembro se no Rio ou em São Paulo, uma escola foi punida, perdendo pontos, por desfilar com um nu masculino, o que não pode. Banalizaram-se bundas e

seios, a tal ponto que a gente fica com saudade da criatividade de um biquíni, do pudor de uma anágua transparente, coisas assim, que antigamente eram "depravadas". E olhar que se tudo isso ainda fosse acompanhado de uma melhora geral do espetáculo, vá lá. Mas não é o caso. No Rio, por exemplo, ganhou a Estácio de Sá. Não vi todo o desfile (pela TV, é claro), mas deu pra ver que a Estácio foi uma das poucas que se apresentou como uma grande escola de samba, e fez a galera delirar. O resto, sinceramente, estava mais frio que colete de pingüim. Mas não se pense que é caso para melancolias irremediáveis. O Carnaval de rua custou para nascer. Enquanto manifestação espontânea, popular, livre dos atravessadores, ele está em baixa. Mas não morreu. Nada morre no tempo da cultura, tudo se transforma, e às vezes nos surpreende. Às vezes gosto de perambular pela periferia da minha cidade. Vejo nas esquinas, nos finais de tarde, um grupo de homens parados, tocando bateria. Ficam ali, parados, de pé, como se estivessem apertados numa condução, espremidos naquele vasto espaço. E tocam, mudos, sem cantar, um ritmo forte, de improviso, bárbaro. Penso: um dia aquilo explo-

de.
TRISTÃO DA CUNHA
do Rio de Janeiro



CURTA OS GAÚCHOS

Ilha das Flores poderia ter sido um filmezinho panfletário carregado de lugares comuns. Afinal, o tema instiga: a população que se alimenta em um dos depósitos de lixo de Porto Alegre. Mas o diretor é Jorge Furtado e isso muda as coisas. Desta vez, ele utilizou a idéia dos almanaques antigos, com figuras de enciclopédia misturadas às imagens do filme e definições como "o ser humano é dotado de um macroencéfalo superdotado e de um polegar opositor", o que o diferencia dos outros animais. A trajetória de um tomate ("um vegetal com características diferentes dos animais e seres humanos"), plantado por um japonês de nome Suzuki, "um ser humano etc. etc.", desde a colheita até sua chegada ao supermercado ("um local onde seres humanos trocam dinheiro por vegetais, carne de porco etc."), adquirido por uma dona de casa (também um ser humano que se diferencia dos animais etc.), até ser jogado na lata de lixo (vai outra definição) e chegar num aterro de lixo que serve de alimento aos porcos (animais diferentes dos seres humanos etc), perententes a um dono (um ser humano) - serve para o diretor despejar ironia sobre a sociedade capitalista e a divisão de prioridades, sem frases de efeito.

O filme, de 15 minutos, valeu prêmios no festival de Gramado de 1989. Valeu também um patrocínio da TV inglesa Chamada 4, para o curta *Esta não é a sua vida*, ainda não em vídeo mas que na Europa rendeu o prêmio francês Clermont-Ferrand, considerado o Oscar dos curtas.

Mas prêmios internacionais não são novidade para Furtado. Em 1986, ganhou o Festival de Cuba, com *O dia em que Dorival encarou a Guarda* contando a história de um presidiário que armou uma confusão no presídio por que queria tomar um banho. Em 1987, ganhou prêmio com *Arboza*, sobre a Copa de 1950.

Curta os Gaúchos, da Sagres, é a fita onde estão estes três filmes de Furtado. Vale conferir.

MARCO A. SCHUSTER

4.500

ASSINATURAS

Este é o novo número de assinantes do **BRASIL AGORA**.

Mas queremos mais, por isso pedimos o seu apoio a esta **campanha nacional de assinaturas**.

E é muito fácil: preencha o cupom e envie pelo correio. Ou então assinie pelos fones (011)223.2974 e 220.7718.



BRASIL ASSINE AGORA AGORA

PREENCHA EM LETRA DE FORMA. Envie cheque nominal e cruzado a João Machado Borges Neto - Alameda Gleite, 1049 - Sta. Cecília - CEP 01215 - São Paulo/SP - Brasil Fones (011) 220.7198, 222.6318, 220.7718 e 223.2974

NOME _____

END. _____

Nº _____ APTO _____

MUNICÍPIO _____

FONE _____ UF _____ CEP _____

PROFISSÃO _____

- Assinatura 12 edições Cr\$ 19.000,00
- Assinatura para o exterior US\$ 50,00 (semestral)
- Assinatura de apoio Cr\$ 32.000,00
- Assinatura 25 edições (anual) Cr\$ 40.000,00
- Assinatura de apoio (anual) Cr\$ 64.000,00

Luci é que é mulher de verdade

Ela é a primeira camponesa deputada federal na história do Brasil. Sem-terra, Luci Choinaski foi eleita deputada estadual em Santa Catarina aos 32 anos, em 1986. Única mulher na Assembléia Legislativa, foi obrigada a conquistar seu espaço medindo forças com os outros 39 parlamentares, todos de "centro" (PMDB) ou de direita (PFL e PDS). Escolhida pelos jornalistas de Santa Catarina a deputada com melhor desempenho em 1987 e 89, recebeu também o prêmio Cidade de Florianópolis - Destaque 1990 Político - pelos quatro anos de mandato. Às vésperas de participar das comemorações do 8 de março em Xanxerê (SC), deu esta entrevista a Milton Pomar.



minha candidatura. Ao primeiro debate eu fui cansada, meio doente, não estava psicologicamente preparada. Não perdi, mas não ganhei. No segundo, eu botei minha coragem: "é hoje que eu boto esses homens no chinelo". Quando os caras começaram a tentar me pegar pessoalmente, eu disse: "o que vocês estão pensando? Vocês estão com medo de mim, vocês nunca viram uma mulher ter coragem como eu tenho, vocês sabem que eu vou me eleger, vocês sabem que eu dou trabalho pra vocês. Eu ando neste estado, eu trabalho, eu digo as coisas, e não devo nada a ninguém". Botei os caras pra defensiva. Naquele dia eu ganhei o debate. O meu pessoal, que estava com medo, naquele dia saiu pra rua. Dos 6 mil votos de 1986 pulei para 37 mil. Na

Como era sua vida antes de participar da política e como começou a participar?

Eu nasci, vivi e trabalhei na roça. Sempre gostei de trabalhar na roça, de carpir, quebrar pé de milho. Fui na aula até 12 anos, tive de sair porque meu pai precisou que ajudasse na roça, ele era agregado (arrendatário, dava 40% da produção para o dono da terra). Casei com 17 anos, porque queria sair daquela situação. Aí trabalhei mais do que antes, era o trabalho da roça mais o doméstico. Comecei a participar da igreja, fui ministra da eucaristia durante cinco anos, foi muito interessante. Em 81 quis participar de um encontro da Comissão Pastoral da Terra em Chapecó, mas o padre não queria, disse que era assunto para homem. Tive que brigar pra ir. A partir daí comecei a criar um outro mundo, a articular colonos, a discutir.

Já conhecia o PT?

Conheci o PT no final da campanha de 81, numa reunião-comício em Belmonte. Gostei da reunião, pedi material e comecei a fazer campanha. Em 83 me filiei e assumi um trabalho no diretório. Os vizinhos, inclusive as mulheres, diziam: "essa mulher, saindo de casa, onde já se viu, está querendo outro homem". Nos anos seguintes começamos a organizar as mulheres nos municípios. A primeira grande concentração chamada pelo Movimento das Mulheres Agricultoras, em agosto de 86,

em Xanxerê, teve 15 mil pessoas.

Você foi indicada candidata a deputada. E ganhou...

Os diretórios do oeste, quase todos, indicaram meu nome para ser candidata em 86, mas houve um movimento contra, porque as mulheres tinham pouca participação. Decidimos: "vamos peitar, vamos para a campanha". As mulheres do Movimento assumiram a campanha com a maior garra.

Foi uma surpresa a minha eleição, porque eu saí candidata com o objetivo de chamar as mulheres para o partido, não estava colocada a minha eleição. Nem o partido esperava. Ele esperava a eleição de outras pessoas, conhecidas publicamente. A base me conhecia, mas a direção não. Então teve um impacto, eu senti todo mundo preocupado: "e agora, ela se elegeu. O que vamos fazer?" Quando assumi, era para experimentar seis meses e ver se dava certo. Se não desse, tinha suplente para assumir, eu voltaria para o oeste.

Na Assembléia Legislativa, como viam você?

Recebi telefonemas para dizer menos coisas na imprensa, propostas por debaixo dos bastidores pra gente mudar de posição. E como única deputada do PT, eu tinha que assumir a liderança do partido, sem nem saber como é que funcionava. Era a única mulher no meio de 40 deputados, única que não tinha diploma debaixo do braço, única que não tinha experiência

política. Os caras apostavam: "vamos ver quanto tempo ela dura, vai ver dinheiro, vai modificar, damos seis meses de prazo". Isso lá dentro da Assembléia. Eu percebia tudo, e decidi: "vocês vão conhecer com quem estão lidando".

Dentro de um parlamento dominado pela direita, como foi teu desempenho?

Eu não tinha muita ilusão de que ia mudar um monte de coisas. No primeiro ano a gente conseguiu ficar presidente da Comissão de Agricultura da Assembléia Legislativa. Com essa Comissão, fizemos um grande trabalho, elaboramos o projeto de seguro agrícola, discutimos em todo o estado, vieram caravanas, fizemos um grande debate, um grande seminário, entregamos o projeto no Palácio do Governo, criamos alguma coisa de novo com essa Comissão. Fui também relatora de Ordem Econômica, Financeira e Social, na Constituinte estadual.

Qual foi a diferença de tratamento que você teve na Assembléia ao entrar e depois, no final do mandato?

No início eles achavam assim: "lá vai aquela coitada, santa, que não entende nada". Até me chamavam de dona de casa. E eu respondi: "Dona de casa quando estou mexendo nas painelas, aqui eu sou deputada do PT, vocês vão me chamar como tal. Não aceito isso". Até que consegui que me respeitassem. No final, numa reunião, o líder

do PDS disse: "por mais que seja nossa grande inimiga política, nós temos que tirar o chapéu. Se alguém não reconhece aqui o que foi o mandato da Luci, está cego e não percebe".

A campanha para deputada federal, como foi? Qual foi o crescimento?

Foi totalmente diferente da campanha pra estadual, até por ter a guarda de quatro filhos, ter me separado há pouco tempo. Isso estava pesando, havia muita fofoca na imprensa local, muito problema pra enfrentar. O meu companheiro nunca me entendeu, eu passei por um processo muito difícil. Então, eu não tinha pique para fazer a campanha, não sabia se ia fazer. Aí várias pessoas da direção do partido disseram: "você tem que botar a sua cara, tu tens uma história, tu não podes te abalar por isso". Mas tinha setores do PT que não concordavam: "onde já se viu se separar? Uma mulher política deve manter uma relação até as últimas conseqüências". Lá na minha região houve debates de rádio, levaram o meu ex-marido para falar mal. Ele pegou uma história de que meus filhos estavam abandonados, que eu não estava cuidando deles, coisas que não tinham nada a ver. E o pessoal não tinha coragem de enfrentar. Nosso pessoal é muito moralista também. *Como foi a campanha no oeste do estado?*

Foram feitos debates de rádio para tentar arrebentar com a

campanha eu aprendi muita coisa, a enfrentar as coisas pessoais, que muitas vezes a gente tem medo de enfrentar e eu tive que enfrentar publicamente. Tive problemas com setores do Movimento de Mulheres também. Diziam que eu não devia ter me separado.

Tive que trabalhar isso. Um dia desafiei as mulheres, qual delas que era feliz, que tinha realizado a sua vida, que estava bem no seu casamento, eu gostaria que viesse e colocasse. E qual é que tinha coragem de resolver seus problemas. Eu sei que deu uma choradeira naquele dia...

Você acha que sua história seria possível em outro partido que não fosse o PT?

Eu acho difícil, até porque fui buscar todas as minhas contradições de história de vida dentro do PT. Quando eu tinha 10 ou 12 anos, questionava minha mãe: "por que a gente é pobre?" Eu não admitia a gente ser pobre. A coisa que eu mais odiava era ser pobre, e continuo odiando. A mãe dizia: "é porque os outros têm muito dinheiro". Mas de onde vem o dinheiro, se a gente trabalha e não tem? Quando eu consegui conhecer um pouco o PT, vi que tinha uma proposta diferente para a sociedade. Eu detesto a miséria, a pobreza, porque eu vivi isso. É muito doído você não ter um prato de comida na mesa, e acho que só o PT, hoje, consegue apresentar uma alternativa.



BRASIL
AGORA

